

Mátria

A emancipação da mulher



ARACY DE CARVALHO
**Nossa heroína
na 2ª Guerra
Mundial**

MEMÓRIA
**Marcadas
pela tortura**

MULHERES NA WEB
**O perigo
está na rede**

Razão e sensibilidade

2014 É ANO DE ELEGER
MAIS MULHERES PARA
MUDAR A POLÍTICA

ENCARTE TEÓRICO PÁG. 25
**FIÇAR OU NÃO
FIÇAR: QUESTÃO SÓ
PARA MULHERES?**



Capa: Bruno Soares

EDITORIAL

1



O poder do gênero

Diretoria Executiva da CNTE

ARTIGOS

8



Reforma política, para mudar a política!

Isis Tavares

16



II Conferência da Mulher: um passo adiante

Juçara Dutra Vieira

38



Da militância sindical ao Senado Federal – Uma experiência política

Fátima Cleide

48



Paradoxos e desafios para a ocupação de espaços de poder pela mulher

Laisy Moriere

ENCARTE TEÓRICO

25



Ficar ou não ficar: questão só para mulheres?

Lucia Rincon
Maria Esperança F. Carneiro
Teresa Cristina Barbo Siqueira

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 12 (mar. 2013/mar. 2014) – Brasília: CNTE, 2003-
Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 394(05)

Biblioteca: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

REPORTAGENS

IGUALDADE

5



Mulheres de raça

Katiuscia Sotomayor

MERCADO DE TRABALHO

18



Graduadas e cheias de sonhos

TERCEIRA IDADE

33



Solidão? Que nada!

Katia Maia

PERSONAGEM

40



Aracy de Carvalho: a brasileira que desafiou Hitler

Ana Luiza Leal

MULHERES NA WEB

50



Calu na rede...

Ana Paula Domingues

MULHERES DO CAMPO

59



Margaridas mais protegidas

ESPORTE

62



Lugar de mulher é em campo

MULHERES NA POLÍTICA

2



Eleger mais mulheres: o desafio da reforma política

Cristina Sena

ENTREVISTA

10



Carmen Vieites: "Hay que luchar!"

REALIDADE

21



Mais poderosas!

Marcionila Teixeira

TRADIÇÃO

35



Filha de mestra, professora é!

MEMÓRIA

44



A tortura física era só o começo

Katia Maia

SOLIDARIEDADE

56



Vamos precisar de todo mundo

DIVERSIDADE

60



Movimento pelo amor e pela igualdade

Katia Maia

GIRO PELO BRASIL

64



65



GIRO PELO MUNDO

66



INTERAGINDO



O poder do gênero

Ano de eleições. Não poderia ser diferente: a Revista *Mátria* vai revelar a importância de a mulher ocupar espaços de poder. Muitas já começaram a marcar presença na política: 88.545 mulheres se filiaram a partidos entre 2012 e 2013, sinal de que, de alguma forma, a própria presidenta Dilma as inspira a mostrar que têm condições de se destacar na administração pública e em todos os setores de comando. Muitas articulistas convidadas abordam o tema.

Você vai conhecer a extraordinária história de Aracy de Carvalho, a funcionária do consulado brasileiro na Alemanha que arriscou a vida para salvar dezenas de judeus na Segunda Guerra Mundial. Superação e coragem também definem a trajetória das mães militantes presas e torturadas durante a Ditadura, e de mulheres que foram vítimas de um tipo de violência que cada vez mais afeta o público feminino – e não é na rua, mas em casa, em frente ao computador.

Prepare-se para ser apresentado/a a um grupo de mães que ensina o valor de ser diferente, em um movimento pela igualdade.

A *Mátria* vai mostrar o dia a dia de idosas que resolveram ser autônomas, jornalistas que batem um bolão entre homens, domésticas que foram para a faculdade e donas de casa que mudaram de vida com o Bolsa Família.

Esta edição aborda, ainda, a importância da doação de órgãos e o quanto a mulher brasileira se destaca na hora de salvar vidas. E tem mais: artigos sobre o papel feminino no poder, a experiência de grandes líderes e os temas que vão nortear os debates na Conferência Mundial de Mulheres, em abril. O encarte teórico deste ano aponta como a superficialidade de relacionamentos entre jovens são fruto da própria dinâmica da sociedade capitalista.

Saiba como as mulheres negras estão representadas no mercado de trabalho. Fortes e determinadas, elas enfrentam os números – desafios – e o preconceito para progredir na profissão.

Junto com as histórias de outras mulheres de fibra, como a espanhola Carmen Vieites, será possível saber mais sobre famílias de professoras que transmitem o legado de ensinar.

A *Mátria*, mais uma vez, cumpre seu papel de levar para o ambiente escolar temas que podem fazer a diferença na vida de profissionais, alunos e suas famílias, na busca por mais igualdade de gênero e oportunidades.

Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE

Eleger mais mulheres: o desafio da reforma política

Maioria da população, a mulher é minoria na política. Só a democratização do sistema pode mudar a cara do Brasil

Por Cristina Sena

As mulheres são 53% da população brasileira, ocupam mais de 40% dos postos de trabalho e 59% das vagas de nível superior. Elas conquistam cada vez mais espaço no mercado de trabalho – embora em condições desiguais, expressas por salários mais baixos na mesma ocupação e pela sobrecarga de funções que precisam exercer dentro e fora do lar – mas continuam sendo a minoria nos espaços de poder.

A eleição da primeira presidenta brasileira ampliou a ocupação de altos cargos no executivo federal, mas não impactou significativamente outras esferas de poder. Dos 5,4 mil municípios que realizaram eleições em 2012, apenas 591 elegeram mulheres para o cargo de prefeita – o que representa 10,95%. Em 2008, o índice foi de 9,07%.

No mesmo ano, dos eleitos para as assembleias legislativas e para a Câmara Distrital do DF, 12,85% eram mulheres – elas ocuparam 133 cadeiras do total de 1.035. Na Câmara Federal, as candidatas conquistaram 45 das 513 vagas, o que representa 8,7%. No Senado, por sua vez, oito das 53 cadeiras são ocupadas por mulheres, ou 14,81%. Nas eleições de 2010 para os governos estaduais, 11,04% das candidatas eram mulheres.

Os índices são incoerentes com a opinião pública. É o que apontam as pesquisas “Mais Mulheres na Política”, realizada no ano passado pelo Instituto Patrícia Galvão, e outra realizada pela rede mundial Win, ambas em parceria com o Ibope. Para a “Mais Mulheres na Política”, foram entrevistadas 2.002 pessoas de todo o país. Oito em cada dez participantes consideraram que deveria ser obrigatória a participação igualitária de homens e mulheres nos legislativos. Já na segunda pesquisa, 41% dos consultados afirmaram acreditar que o mundo seria um lugar melhor se as mulheres fossem maioria na política. A proporção é quatro vezes maior do que a dos que acham que seria pior caso houvesse maior participação feminina, que representou 9%. A média foi maior que a de todos os 65 países integrantes da pesquisa, que é de 34%.

Se a população é a favor de maior paridade na ocupação de cargos eletivos, por que a medida não se efetiva? A chave para a mudança, segundo especialistas, está na reforma política. A medida abriria espaço para que outras minorias, hoje à margem das esferas decisórias, conseguissem representação. “As regras atuais favorecem a manutenção dos mesmos atores nos espaços de poder. Quem tem como mobilizar recursos para a campanha eleitoral milionária já elimina milhares de candidatos. São regras elitistas,

oligárquicas, patriarcais”, declara a socióloga do colegiado de gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Fórum de Mulheres do Distrito Federal, Guacira Oliveira.

A reforma garantiria que 50% das candidaturas legislativas fossem femininas (hoje, a legislação prevê que os partidos garantam a relação de 30% de um gênero e 70% do outro nas candidaturas). Além disso, a democratização real do sistema político depende de mudanças nas regras de financiamento de campanhas, que hoje são bancadas principalmente por recursos privados. O CFEMEA, junto com outras organizações, como a CNTE, faz parte da Coalizão pela Reforma Política Democrática, uma campanha

de mobilização para conseguir 1,5 milhão de assinaturas, o mínimo para apresentar o projeto de lei de iniciativa popular da reforma política ao Congresso Nacional. Além das propostas citadas, está a proibição de doação de empresas para campanhas e o limite de R\$ 700 doados por pessoa física. “É um mecanismo concreto para enfrentar o poder econômico, que gera cada vez mais privilégios, exclusão e desigualdade”, pontua Guacira.

As mudanças começam nos partidos

O número de mulheres que se interessaram pela política filiando-se aos partidos é um indicador de que há um maior interesse pelo tema. Entre outubro de 2012 e outubro de 2013, 88.545 mulheres ingressaram

O gênero nas siglas

Confira os números referentes às filiações de eleitores a partidos políticos. Os dados mostram aumento no ingresso de mulheres nas legendas de 2012 até outubro do 2013:

Mulheres que se filiaram entre outubro de 2012 e outubro de 2013	88.545	(64%)
Homens que se filiaram entre outubro de 2012 e outubro de 2013	48.213	(36%)
Total de filiados neste período	136.758	(100%)
Mulheres filiadas entre 2009 e 2013	1.076.185	(44%)
Homens filiados entre 2009 e 2013	1.345.380	(56%)
Total de filiados nestes quatro anos	2.421.565	(100%)
Mulheres filiadas a partidos atualmente	6.717.642	(44,5%)
Homens filiados a partidos atualmente	8.402.989	(55,5%)
Total de filiados no Brasil	15.120.631	(100%)

Fonte: Procuradoria Especial da Mulher do Senado e Justiça Eleitoral

O acúmulo de tarefas

As mulheres engajadas politicamente ainda precisam driblar outro adversário: o excesso de atribuições. Além de exercerem seu papel político, elas respondem pelas tarefas da casa e pelos filhos. As políticas públicas de suporte, como a criação de creches e de educação integral, são ínfimas quando comparadas às necessidades reais. Não há divisão justa do trabalho com o companheiro, o que, muitas vezes, inviabiliza a participação delas em pleitos estaduais ou nacionais, restringindo-as, e com sacrifícios, à esfera municipal de poder.



Roberto Stuckert Filho

Presidenta Dilma e a bancada feminina da Câmara Federal

em alguma sigla. Em contrapartida, no mesmo período, o número de homens filiados foi de 48.213, equivalente a 36% (veja o quadro na pág. 3). Alguns partidos iniciaram movimentos em prol de uma representação mais igualitária. É o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), único com representação feminina no colégio de líderes da Casa, a deputada Manuela D'Ávila (RS). De acordo com a deputada e coordenadora-geral da Secretaria da Mulher na Câmara Jô Moraes (MG), o partido investe em formação de mulheres e na realização de conferências nacionais sobre a participação delas na política, com a presença obrigatória de 30% de delegados do sexo masculino, além de cotas de 30% dos cargos da estrutura interna para as mulheres. “A emancipação da mulher faz parte da luta pelo progresso social”, ressalta.

Enfrentando o preconceito

A prefeita Lucimar Nascimento (PT), foi eleita em 2012 no município de Valparaíso de Goiás, a menos de 40 quilômetros da capital federal. Antes, na Câmara de Vereadores de Valparaíso, em 2000, foi a única voz feminina. Em 2004, ela foi novamente eleita como vereadora. “Senti, durante o mandato, que não havia credibilidade em relação a mim”, declara. Para driblar o preconceito, ela investiu em qualificação profissional. Tornou-se mestre pela Universidade de Brasília (UnB).

Agora, ela implementa uma série de mudanças administrativas, como a ascensão de mulheres para as secretarias de Meio Ambiente, Recursos Humanos, Obras e para o Instituto de Previdência do Município, além da criação da Assessoria Especial para as Mulheres. Um avanço, segundo a prefeita. Como membro do PT há mais de uma década e ex-coordenadora de campanha, ela aponta características femininas que contam a favor. “A mulher assume com muito compromisso suas responsabilidades. Além disso, tem ao seu lado a sensibilidade”, ressalta.

Lucimar Nascimento: formação acadêmica em busca de respeito



Divulgação



Mulheres de raça

Fortes e determinadas, mulheres negras enfrentam os números — desafiadores — e o preconceito para se destacar no mercado profissional

Por Kátiuscia Sotomayor

Jaceguara Dantas da Silva Passos é promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul há 20 anos. Graduada em Direito, com especialização em Direito Civil e mestrado em Direito do Estado, está concluindo o doutorado em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Foi titular do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (CEDHU/MS), professora voluntária na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) na disciplina Direitos Humanos por 4 anos, e uma das fundadoras do grupo TEZ - Trabalho Estudos Zumbi, primeira entidade do grupo negro de Mato Grosso do Sul, criada em 1989. Já recebeu diversas homenagens, entre as quais dois Prêmios Mister Apa “É preciso ter atitude para assumir a negritude”, da Câmara Municipal de Campo Grande/MS, pela luta em defesa dos direitos do negro, pelo combate à discriminação racial e pela busca em promover a inclusão social dos negros, em 2009 e 2010, além de reconhecimento por parte da prefeitura por

sua atuação na construção de uma sociedade que valoriza a diversidade étnico-racial.

Ser destaque na sua área é o resultado esperado para quem investiu na carreira. Jaceguara conseguiu vencer muitos obstáculos para alcançar o que queria. Só que mais do que a maioria dos profissionais, ela precisou provar várias vezes sua competência. Primeiro, por ser mulher. Depois, por ser negra.

"Desde o início de minha trajetória, precisei me impor pelo esforço e dedicação por compor dois segmentos que são reconhecidamente vulneráveis: mulher e negra. A área que escolhi atuar sempre foi majoritariamente masculina, realidade que nos tempos atuais tem mudado. A ausência do negro é marcante, revelando uma realidade seletiva e excludente. É preciso muita determinação e estudo para romper o ciclo estabelecido e galgar posição num país marcado por perversas diferenças sociais e econômicas e mais ainda para não perder a identidade", acredita a promotora.

Jaceguara Passos: profissional respeitada, teve muitas vezes que provar competência por ser mulher e negra

Histórias de sucesso de mulheres negras no mercado de trabalho, porém, são exceções. É o caso da advogada Josefina Serra. Nascida em um quilombo maranhense, a trajetória de Jô espelha a de muitas mulheres brasileiras. De família pobre, começou cedo a ajudar os pais na lavoura, junto com os seis irmãos. Aos seis anos foi embora para a casa da prima, em São Luís, trabalhar como doméstica. Depois foi com outra tia trabalhar no Rio, onde virou babá e foi molestada. Ficou quase três anos sem ir à escola. “Curiosa, meu sonho sempre foi estudar. Tinha inveja de quem ia pra escola”, conta.

Passou a trabalhar em uma casa de família sem receber salário. Em troca de serviço, deixaram-na estudar – em escola pública. A família se mudou para Brasília e levou a menina junto quando ela tinha 12 anos. O pai dela faleceu e só dois anos depois, com 16, ela pôde reencontrar a mãe, viúva e com mais um filho, ao ganhar uma passagem em um concurso de redação das escolas do DF.

Ao voltar da viagem, resolveu mudar de vida: “Sempre gostei de ler, catava revista no lixo, meu quarto era cheio de papel. Falavam que a única coisa que empregada doméstica ia ser era empregada doméstica. Eu chegava morta de cansada da escola mas eu não ia desistir do meu sonho”. E não desistiu. Queria entrar na UNB e ser médica. Não passou no primeiro vestibular mas decidiu tentar de novo e acabou fazendo Direito em uma universidade particular. Ainda como doméstica, mas agora em outra casa, mandava parte do salário para a mãe. Demorou, mas conseguiu crédito educativo. Formada, pôde comprar o álbum de fotos só depois de cinco anos. Fez o cartão de visita de advogada e passou a distribuir nas ruas. “Aí comecei a ter clientes. Dava



Josefina Serra:
"a vergonha é de quem
tem preconceito"

Divulgação

"Todos somos misturados, o branco brasileiro é uma mistura. É uma questão de se empoderar. A nossa única saída é estudar. Saber é poder"

Josefina Serra

orientação jurídica até em parada de ônibus. Quando ia aos Tribunais, os funcionários me tratavam mal. Tive de aprender na marra a gostar de mim mesma. Sou negra, mulher, já fui empregada doméstica, não vou negar

quem eu sou. Sempre sofri discriminação, mas quando você se impõe quem fica desconcertado é o outro, porque a vergonha é de quem tem preconceito. Todos somos misturados, o branco brasileiro é uma mistura. É uma questão de se empoderar. A nossa única saída é estudar. Saber é poder.”

Para a jornalista e cerimonialista Maria Paula de Andrade, de 34 anos, casada com um servidor federal, mãe de dois filhos e grávida do terceiro, a mulher negra, além de enfrentar o racismo, quando conquista um cargo alto dentro de uma empresa é mais cobrada na sociedade: “Aonde eu chego eu sinto essa pressão, essa expectativa – ela é bonita, mas será que sabe falar, será que consegue fazer direito? Como se o fato de ser negra pudesse diminuir a minha capacidade profissional e eu tivesse de provar, o tempo todo, do que sou capaz.”

Ela não enfrentou dificuldade financeira, mas tem de superar



Maria Paula de Andrade acredita que se deu bem na carreira de modelo porque o mercado publicitário precisa cumprir cotas raciais

diariamente o preconceito devido à sua cor: “Eu tinha muita vontade de estar no vídeo, mas faltava oportunidade. Quantas apresentadoras negras estão na televisão?”. O fato de ser negra acabou ajudando a carreira de modelo, “não porque o público não é racista, mas porque o mercado publicitário exige a participação, muito mais para atender leis contra o racismo e apresentar a imagem do Brasil como um país sem preconceito”, completa.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012 revelam que 52,9% da população é negra, enquanto o Censo Demográfico mostra que os brancos ganham o dobro e dominam o ensino superior no país. Os negros representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos. A população negra também representa apenas 20% dos brasileiros que chegam a fazer pós-graduação no país. Ou seja, metade da população brasileira é negra e a outra metade tem o dobro de oportunidades.

As mulheres são maioria: correspondem a 51,3% da população. E as negras, segundo o último **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, publicado em 2011 em parceria entre Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das

Mulheres), SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres) e SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), sofrem a dupla discriminação. Vítimas do racismo e do sexismo, elas ocupam os piores postos de trabalho, recebem os menores rendimentos e sofrem com as relações informais.

Um novo estudo da organização sem fins lucrativos Catalyst, com quase 2.500 pessoas, que analisou a trajetória de mulheres que fazem parte de minorias raciais nos Estados Unidos, aponta que o caminho até cargos de liderança nas empresas também é mais difícil do que para homens e para mulheres brancas, o que diminui a motivação para crescer na carreira.

Para outra mulher negra que obteve sucesso profissional no Brasil, a professora doutora em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP, Maria Aparecida Bento, diretora-executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho (CEERT), essa dificuldade que a mulher negra encontra no mercado de trabalho está historicamente vinculada à existência de mecanismos de reprodução do racismo, legado de 400 anos de escravidão no país. Cida aponta a redução da pobreza e da miséria como consequência da presença de programas sociais do governo, mas acredita que ainda falta muito para uma mudança

efetiva: “Pode-se constatar a melhoria no padrão de vida da população em geral, e a ampliação das camadas sociais médias. Esse processo, no entanto, acontece sem que arrefeçam as desigualdades raciais, pois seriam necessárias políticas específicas de ação afirmativas para negros para alterar um quadro de exclusão e subaproveitamento de negros e negras no mercado de trabalho”, destaca.

Inserção no mercado de trabalho

A menor taxa de desemprego de pessoas com mais de 16 anos corresponde aos homens brancos (5%), enquanto que a maior remete às mulheres negras (12%), que, sobrerrepresentadas nos trabalhos precários, têm, ainda, o pior salário e o menor índice de formalização (25% com carteira assinada).

Fonte: Pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Ipea / ONU Mulheres / SPM / SEPPIR

Reforma política, para mudar a política!

“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas mulheres entram na política, muda a política.”

Michelle Bachelet – presidenta do Chile



**Isis Tavares
Neves**

Secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e conselheira do CNDM

Segundo dados do TSE, mais de 136 mil pessoas ingressaram em alguma legenda, entre outubro de 2012 e outubro de 2013. Deste número, 64% são mulheres.

Nos últimos quatro anos houve 56% de filiações masculinas e 44% de femininas.

No Brasil, existem 15,2 milhões de pessoas filiadas a partidos políticos. Deste total, 8,4 milhões são homens, ou seja, 55%, apesar de a quantidade de mulheres eleitoras ser de 51,7%.

Em 2010, para as 513 vagas da Câmara Federal, apenas 44 mulheres foram eleitas e, nas 54 vagas para o Senado, somente oito mulheres entraram.

Na pesquisa da UIP, União Interparlamentar, organização que reúne informações sobre Parlamentos do mundo inteiro, o Brasil ocupa o 156º lugar em um ranking de 188 países pesquisados quanto à proporção de mulheres no Poder Legislativo.

A bancada feminina do Congresso avalia que a campanha com o lema “Mulher, tome partido!”, veiculada em meios de comunicação oficiais do governo, colaborou para que houvesse aumento no percentual de mulheres filiadas a partidos até 5 de outubro do ano passado.

Ao nos depararmos com estes números, constatamos o quanto precisamos avançar na democracia no nosso país.

Se hoje conquistamos o direito de nos manifestar, como milhões de pessoas que foram às ruas, em junho, e questionaram as representações, reivindicaram transporte público de qualidade, cidades humanizadas, melhorias na

educação e saúde, enfim, melhores condições de vida, ainda não conseguimos radicalizar essa democracia na participação das mulheres nos espaços que influenciam, interferem e decidem as mudanças e avanços necessários que a sociedade anseia.

A representação, ou sub-representação das mulheres no Parlamento ainda é uma luta difícil de ser vencida.

É uma questão que, no discurso, não tem opositores/as. Mas, na prática, tem toda sorte de obstáculos a serem ultrapassados, do ponto de vista cultural e na discussão da reforma política.

Vários são os argumentos para obstaculizar o avanço na participação política das mulheres no Parlamento: as mulheres não gostam ou não se interessam por política, não estão preparadas, mulher não vota em mulher, enfim... Mas, mesmo que estas desculpas tivessem algum fundamento, não haveria, por parte de quem as apresenta, nenhuma disposição para enfrentar o problema, porque a sub-representação das mulheres no Parlamento não é considerado um problema.

Neste caminho, a corrupção e o desinteresse da população pela política também não são considerados um problema, apesar de os discursos “politicamente corretos” concordarem que precisa haver uma reforma política no nosso país.

Que reforma política queremos?

Para responder a essa questão, recorro à pergunta básica que fazemos na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas: que tipo de sociedade queremos?

A representação, ou sub-representação das mulheres no parlamento ainda é uma luta difícil de ser vencida

Se queremos um país onde a riqueza não esteja concentrada na mão de poucos e a maioria que a produz seja impedida de decidir sobre seu próprio destino; que propicie ao seu povo o avanço da consciência social; um país que pautar o seu desenvolvimento a serviço de seu povo; que reconheça a importância de trabalhadores e trabalhadoras na concepção e construção de seu projeto de nação e desenvolvimento; um país soberano e respeitado internacionalmente e que preze pela solidariedade, cooperação e cultura da paz entre as nações e trabalhadores e trabalhadoras de todo mundo, precisamos construir a possibilidade de nos vermos representados/as nos espaços de poder e decisão.

Uma reforma política é fundamental no nosso país. Mas uma reforma que avance na participação de eleitores e eleitoras, opinando em questões polêmicas e essenciais, que ataque a corrupção no seu nascedouro, com o financiamento público de campanha e que os partidos apresentem listas paritárias na representação dos gêneros para os pleitos eleitorais contidas, dentre outras, na proposta da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas (<http://www.reformapoliticademocratica.com.br/>).

A Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas foi lançada em setembro de 2013, por 43 entidades da sociedade civil, e hoje já conta com mais de 60. É fruto de discussões, debates e esforço da sociedade civil organizada em fazer avançar a democracia brasileira, em especial a partir de julho de 2004, quando debateram, em São Paulo, a institucionalização de mecanismos de participação, desde a promulgação da Constituição de 1988 no seminário “Os sentidos da democracia e da participação”.

A partir de sua criação, a Coalizão lançou a campanha para tornar realidade a Reforma Política e aprofundar a democracia participativa, que tem como pontos basilares a proibição do financiamento privado e instauração do financiamento público para as campanhas eleitorais; a extinção do sistema de voto dado ao candidato individualmente nos casos de vereadores e deputados e a adoção do sistema eleitoral do voto em listas pré-ordenadas, constituindo o

sistema ‘voto transparente’; a regulamentação do artigo 14 da Constituição em favor da democracia direta; e a maior participação de populações sub-representadas nas instâncias políticas e partidárias.

O Dia Nacional de Coletas de Assinaturas aconteceu em 27 de novembro de 2013. A campanha tem a intenção de coletar mais de **1,5 milhão** de assinaturas para que a proposta se torne um projeto de lei de iniciativa popular.

A criação de coordenações de representações dos movimentos sociais da Coalizão em níveis estaduais e municipais, que potencializem a divulgação da campanha para a coleta de assinaturas para o projeto de iniciativa popular para a Reforma Política, é fundamental para que o projeto possa ser apresentado na Câmara Federal e possamos nos mobilizar em torno de sua discussão e aprovação.

O entendimento de que as mulheres, hoje, além de serem mais da metade da população, e como tal são as mais beneficiadas ou prejudicadas através do avanço ou retrocesso de políticas públicas de saúde, educação, trabalho e cultura, é condição fundamental para uma democracia plena. Isso deve nos impulsionar para lutar pela criação de condições que propiciem o enfrentamento rumo à superação dessas questões. Estas questões, além dos discursos inflamados pela igualdade, exigem a defesa e unidade em torno de bandeiras não só no campo da representação política, mas também da economia, pois não se faz política pública nenhuma sem financiamento e sem condições para que ela ocorra.

A sub-representação nos espaços de poder e decisão política é apenas uma face da opressão que todas as mulheres, indistintamente, sofrem nos marcos da sociedade capitalista.

A construção da sociedade socialista que queremos passa pelo enfrentamento de questões que vão além da participação política, em especial para as mulheres da classe trabalhadora, que sofrem dupla opressão: de gênero e de classe, e deve ser entendida e tratada, por homens e mulheres, como questão estratégica rumo à sociedade que queremos alcançar: solidária, pacífica, fraterna e com igualdade de oportunidades para todos e todas.

Uma reforma política é fundamental no nosso país. Mas uma reforma que avance na participação de eleitores e eleitoras, opinando em questões polêmicas e essenciais

A portrait of Carmen Vieites, a woman with short dark hair, wearing glasses and a light blue striped button-down shirt. She is sitting in a chair, looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a blurred indoor setting with wooden paneling and a window showing greenery outside.

Carmen Vieites: "Hay que luchar!"

Professora especializada em educação infantil, a espanhola Carmen Vieites começou a trabalhar assim que terminou os estudos. Sua mãe e sua irmã eram professoras. Na família, portanto, havia a tradição de seguir a carreira do magistério. O que fugiu à regra, no caso de Carmen, foi a carreira de sindicalista.

Formada, entrou logo na vida sindical. Aos 17 anos se filiou à Federación de Enseñanza de UGT – primeiro na executiva da FETE Galicia e, desde 1998, na executiva Federal.

“Às vezes me perguntam por que eu me filiei ao sindicato tão cedo. Não foi por influência de ninguém, mas por um sentimento que era: somente estando unidas e organizadas, poderíamos, as trabalhadoras, conseguir algo”, declarou Carmen em uma entrevista concedida à **Revista Mátria** durante o 2º Encontro do Movimento Pedagógico Latino-Americano, realizado em Porto de Galinhas, PE, em setembro de 2013.

Na conversa, que você lê a seguir, Carmen Vieites revela seu lado mãe, seu perfil sindicalista e, acima de tudo, suas impressões sobre a luta de seu povo para contornar a crise financeira e sobreviver às medidas restritivas que diminuíram, e muito, os direitos dos cidadãos, principalmente das mulheres, no seu país.



Revista Mária: Como era o sistema de ensino na Espanha na época em que você ingressou na carreira?

Carmen Vieites: Naquele momento, havia, na Espanha, um sistema diferenciado, que chamávamos de Palestina: escolas para meninos e meninas e professoras para idem, distintamente. Como era uma profissão mal paga, os homens não se dedicavam à docência em mesmo número que as mulheres. Entretanto, havia o mesmo número de postos de trabalho para homens e mulheres.

Portanto, para eles era muitíssimo mais fácil entrar para a profissão. Para as mulheres, por exemplo, existia um sistema de pontos. Me lembro que eu entrei com média de três pontos e meus companheiros homens entravam com zero ponto. Não precisavam de pontuação.

Isso me fez ver a injustiça que vivíamos e percebi que tínhamos de nos unir e lutar para mudar o sistema.

RM: E como foi seu ingresso no sindicalismo?

Carmen: Aproximei-me do sindicato efetivamente feito por homens - e, já a partir daí, começou a minha trajetória sindical, que também é fruto dessa inquietude e busca por justiça.

Militei, milito e militarei muito, principalmente nesses momentos em que sentimos bastante a recessão pela qual está passando o Partido Socialista Obreiro Espanhol. Destaco a palavra obreiro porque muitas vezes querem retirá-la e não estou de acordo.

Fui a primeira mulher conselheira socialista na cidade pequenina onde vivia, A Estrada, na província de Pontevedra, e isso para mim é um motivo de orgulho. Formamos uma associação de mulheres pela igualdade, da qual fui por um momento presidenta, agora uma associação de mulheres progressistas.

RM: A atuação sindicalista interferiu no começo da sua vida familiar?

Carmen: Casamento, dois filhos, combinando um pouco tudo, o lado profissional, jornada sindical política, ser mãe... As triplas jornadas que temos as mulheres.

É muito difícil sempre combinar mais de uma atividade. O mundo sindical é um mundo muito voltado aos homens. Vemos aqui, neste encontro latino-americano, afortunadamente, uma presença grande de mulheres, muitas dirigentes.

Temos que dizer que, nesse aspecto, possivelmente estamos melhor na América Latina do que na Europa. Porém, insisto, esse é um mundo muito masculino e muito desenhado para as necessidades e os desejos dos homens.

RM: Por que?

Carmen: Os homens terminam seu trabalho e seguem em outra jornada mesmo sendo pais e esposos. As reuniões são à tarde, o que normalmente se repete em todos os lugares do mundo. E nós, mulheres, terminamos trabalhando na base, nas assembleias, em oficinas, que é o que dá para fazer.

Os homens sempre nos disseram que não colocavam nenhuma trava à participação da mulher, pelo contrário, se animavam, e era verdade, mas também era verdade era que a realidade era outra - tínhamos o trabalho em casa e não adequávamos os horários da vida sindical com a vida familiar.

RM: Como foi sua trajetória?

Carmen: Não me incorporei à diretoria até que meus filhos fossem um pouco mais velhos e pudesse dispor mais do meu tempo. Quando temos que fazer a opção, entendo que não se pode combinar tudo e há algo que é prioritário.

Como dizia, sou de uma região da Galícia, participei da associação das trabalhadoras de ensino da Galícia e fui membro de sua executiva por vários anos. Depois entrei na executiva federal, na FETE, em 1995, onde ainda estou. Passei por diversas áreas.

RM: Como é a representação feminina na FETE?

Carmen: Em cada comunidade temos a representação da FETE e ela foi a primeira instituição sindical a implantar o sistema de cotas. Começamos com 30% e agora está nos estatutos que nenhum gênero pode ter representação de menos de 40% ou mais de 60%. O que acontece é que os 40% são sempre das mulheres.

Mas, estamos ganhando muito. Há algumas áreas mais importantes do que as outras. As mulheres estão ocupando secretarias de políticas sociais, de igualdade, essas praticamente são todas nossas. Em contrapartida, secretarias como administração, organização, que são as que são as mais fortes, eram todas de homens.

Estamos em um processo no qual as mulheres devem sair dos espaços sempre reservados a elas e ocupar outros, pelo menos até que se dê mais valor e mais peso sindical e político às áreas ocupadas por mulheres, que também são muito importantes.

RM: E a crise, como tem afetado a educação na Espanha?

Carmen: Todos estamos sofrendo as consequências da crise, mas as mulheres em maior medida. O emprego feminino sempre foi pior remunerado e, agora, vale menos ainda. Empregos de péssima qualidade estão sendo ofertados às mulheres, que estão aceitando porque não há outro remédio.

A crise não está afetando somente o trabalho, mas o sentimento de bem-estar que tínhamos: estamos perdendo muitas





conquistas que facilitavam a incorporação da mulher no mercado de trabalho.

Tínhamos as creches públicas e outros benefícios - não só de cuidado dos filhos, mas também das pessoas mais idosas e enfermas. Havia a Lei da Dependência, na qual se investia muito dinheiro para pagar pessoas para cuidar da casa dos idosos, além de instituições onde podia-se deixá-los pela manhã e buscar à tarde. Tudo isso está sendo eliminado.

São cortes que afetam diretamente as mulheres, porque se você tem um filho pequeno, um idoso ou um doente tem que ficar em casa, nesse ponto, sabemos a quem cabe cuidar. Isso tem sido uma das principais questões.

RM: A crise tem significado um retrocesso?

Carmen: *Sim. Numa crise, muitas vezes se aproveitam para fazer o pior e isso tem sido um retrocesso grande. Estão justificando seus atos pela crise econômica, quando, na verdade, se tratam de motivos ideológicos.*

Todos saem prejudicados, mas as mulheres são as que estão sofrendo mais. A Lei do Aborto, as políticas de educação sexual, de atenção, de educação e de prevenção estão sendo eliminadas nesse momento, quase por completo, porque todos os centros desse tipo de assistência já foram praticamente eliminados.

A igreja espanhola, profundamente reacionária, é outra que se mobilizou, e houve manifestações nas ruas contra a educação para a cidadania. Eles diziam que íamos doutrinar os meninos e meninas e se aproveitaram da situação de crise para retirar os avanços conquistados.

RM: Foi uma questão, então, mais ideológica?

Carmen: *Não é uma questão de dinheiro, mas ideológica. Na prevenção sexual, por exemplo, havia orientação, a pílula do dia seguinte, uma série de mecanismos que se distribuía gratuitamente e tudo isso se enterrou e está praticamente acabado.*

RM: E quanto à área educacional?

Carmen: Na educação em geral, para as mulheres, na Espanha, depois de tudo o que eu disse, se tinha chegado realmente a uma igualdade. Conquistamos as mesmas comissões, as mesmas horas de trabalho, o mesmo número de postos, o mesmo salário.

Isso ainda se mantém. Mas estamos sofrendo um corte brutal de postos de trabalho, falo de milhares deles. Praticamente os eliminaram desde que entramos na crise, em 2010, quando houve os grandes cortes. E isso afeta as mulheres mais diretamente.

Isso porque a educação, sobretudo até a universidade, é uma profissão feminizada, portanto, é formada por mais mulheres, e, quando se faz cortes, quem vai para a rua somos nós.

RM: E as mulheres que não conseguem entrar no mercado de trabalho, o que fazem?

Carmen: As mulheres estão agora tentando ganhar a vida como podem, porque não há uma expectativa de recuperação dos postos de trabalho para o ano seguinte já que, a cada ano, os cortes são maiores.

Muitas vão buscar outros setores. As que são mais jovens vão para a economia informal, aulas particulares. Mas agora até isso está pior, porque também as famílias não podem mais pagar por essas aulas.

Recordo-me de uma conversa com o pessoal daqui, quando estava começando a crise séria na Espanha, alguém me disse: “você está numa situação pior do que nós em certo sentido, lá tudo é muito legalizado e não vão se apoderar da economia informal” e eu lhe disse: “veremos”.

RM: E isso se concretizou?

Carmen: Estão começando a aparecer trabalhos que já não existiam mais

na Espanha. Agora, por todas as partes, aparecem tendas que consertam roupa, o que já não se fazia. A Espanha nunca foi rica, mas comprávamos roupas e, quando parecia que já não estavam boas, as deixávamos.

Agora a pessoas começam a consertar as roupas e isso é algo que me assusta porque vou caminhando e vemos em todo canto placas de conserta-se roupa, e há, inclusive, pessoas que costumam para vender.

RM: E a assistência médica gratuita? Isso sempre foi uma referência na Espanha.

Carmen: Quando assumiu em 2011, o presidente (Mariano Rajoy) disse que iria haver cortes em todas as áreas, exceto na saúde, na educação e nas pensões, nos salários dos aposentados. Ele descumpriu praticamente todas essas promessas.

Na educação os cortes são absolutamente brutais, não só no número dos professores, mas também no dinheiro que o Estado tem que repassar. Aproveitaram-se da crise para inserir questões ideológicas, repito. Hospitais construídos com dinheiro público estão sendo repassados à gestão privada.

Os modelos de educação e de saúde espanhóis eram muitos bons e exemplares. A saúde era universal, gratuita e de qualidade. Isso está se perdendo, não por ter maus profissionais, mas por falta de recursos.

A saúde está deixando de ser universal porque estão colocando travas para usá-la. Para doenças muito graves, como câncer, por exemplo, a medicação, que era de graça, agora tem que se pagar 10%. Já não será gratuita e universal.

Os imigrantes estão sendo excluídos. Antes qualquer pessoa na Espanha era tratada de forma igual se fosse a um hospital. Se o imigrante não está legalizado por um trabalho, por exemplo,

tem que pagar pelo cartão de saúde para ter acesso aos serviços.

RM: E isso afeta as mulheres mais do que aos homens?

Carmen: Nós mulheres necessitamos de mais cuidados médicos por causa da maternidade e, assim, estamos sofrendo a crise muito mais do que as outras pessoas. A prevenção, no parto, a gravidez, por exemplo, já estão fazendo menos ecografias, estão restringindo tudo.

RM: Qual a sua perspectiva para o futuro?

Carmen: No momento, a curto prazo não recuperaremos o que tínhamos, a economia está muito ruim e é a desculpa perfeita para negar direitos. Mas eu sou otimista e sempre penso que passamos já por momentos muito ruins na história. As leis não são eternas. Temos capacidade para nos recuperar. Já passamos por uma guerra, miséria e fome, temos, inclusive, que agradecer a América Latina, que nos acolheu, porque tivemos que sair por conta da fome, pela perseguição política e muitas coisas, e chegamos hoje a ter uma boa situação.

Às vezes dizem que o momento que tivemos na Europa não teremos nunca novamente. Eu acredito que sim, mas sob outra ótica. É verdade que o sistema capitalista pensava que estava tudo bem, mas quando se deram conta que havíamos avançado demasiado em nossos direitos começaram os cortes.

Temos que trocar o sistema e o capitalista não está disposto a perder. Temos uma União Europeia que de união não tem nada, a não ser uma moeda que empobreceu os países mais pobres. Cada vez a brecha entre os países é maior. Creio que uma das bases do que se quer é a igualdade, que se rompe com essa dinâmica perversa.

II Conferência da Mulher: um passo adiante



Juçara Dutra Vieira

Vice-presidenta da Internacional da Educação

Em abril deste ano, a Internacional da Educação realizará a Segunda Conferência Mundial da Mulher da IE. Representantes de mais de uma centena de países estarão reunidas (os) por três dias para discutir políticas de gênero na educação, no sindicato e na sociedade. Essas abordagens são recorrentes no movimento, tanto pelas dificuldades em atingir metas quanto pela necessidade de consolidar o que se alcançou. Nesse sentido, é comum aflorar um tipo de preocupação: o que falta discutir? A resposta a este questionamento, contudo, é mais complexa do que pode parecer à primeira vista.

Inicialmente, é necessário refletir sobre as próprias bases conceituais que têm sustentado as lutas pela emancipação da mulher. Um desses conceitos é o de gênero. Um sentido amplamente aceito é o que conceitua gênero uma construção social que expressa relações entre pessoas do mesmo ou de diferentes sexos e suas representações culturais. Tais relações manifestam – mesmo quando escamoteiam – o exercício do poder e as opressões dele resultantes.

As relações e representações de gênero variam no tempo e nas condições históricas de cada sociedade. Inclusive, em uma mesma sociedade, observam-se características distintas entre grandes centros e periferias, zonas urbanas e rurais, mescladas com estratificação social, diferenças etárias, étnicas, e assim por diante. Entretanto, há um componente que atravessa todas as realidades: a derivação de poder da estrutura sócio-política e econômica. Nesse sentido, há uma base comum sobre a qual se constroem relações familiares, afetivas, culturais, laborais, políticas e sociais. Assim, quanto mais as sociedades avançam em conquistas democráticas e civilizatórias mais igualitárias se tornam as relações de gênero.

Do mesmo modo, a crise desse modelo aprofunda as desigualdades de gênero. Exemplo recente foi a turbulência que afetou a economia norte-americana, em 2008, a partir da quebra do banco *Lehman Brothers*, e se expandiu por todos os continentes. Os impactos se fazem sentir até hoje, com brutais recessões em países europeus, onde houve crescimento do desemprego, redução de salários e perda de direitos sociais. Evidentemente, os países periféricos do capitalismo também foram atingidos. Em todas as situações, as mulheres foram as mais penalizadas, muitas delas retornando a atividades domésticas ou assumindo tarefas já sob a responsabilidade do Estado, como as relacionadas com o cuidado da infância em estabelecimentos educacionais públicos.

É possível fazer várias abordagens sobre referida crise, que não é apenas financeira ou econômica. As operações derivadas da concentração de riqueza e de renda impactam sobre o meio ambiente, sobre as formas associativas de vida e de trabalho, sobre a qualidade do emprego e do lazer. O objetivo, porém, é apenas ilustrativo e visa responder, parcialmente, a indagação inicial: o contexto sempre enseja novos debates, mesmo quando a raiz das questões permanece a mesma.

A complexidade do contexto que atravessa as questões de gênero exige intervenções articuladas, notadamente, de setores sociais organizados, contra-hegemônicos ao modelo vigente. Nesse sentido, sindicatos e partidos políticos de esquerda podem exercer papel relevante. Claro está que ambos não detêm a exclusividade das bandeiras do movimento, muitas delas já disseminadas entre outros atores, como é o caso do combate à violência contra a mulher. Entretanto, é a compreensão da importância do compartilhamento do poder que faz com que determinados partidos e sindicatos estabeleçam cotas de gênero

Quanto mais as sociedades avançam em conquistas democráticas e civilizatórias mais igualitárias se tornam as relações de gênero

e outros não o façam. É a compreensão de que o combate à homofobia é uma responsabilidade social que diferencia uns e outros. É a compreensão de que todas as formas de violência contra mulheres e meninas precisam ser combatidas nos seus efeitos e, principalmente, nas suas causas que levam a mudanças sociais efetivas.

A Internacional da Educação é uma organização sindical que se propõe a fazer o debate de forma articulada e em várias frentes. Por isso, não separa a questão de gênero da luta de classes – na perspectiva de construção da sociedade socialista – das lutas específicas por educação de qualidade. Assim, a Segunda Conferência da Mulher da IE debaterá temas relacionados com a crise econômico-financeira; a questão ambiental; o multiculturalismo; o empoderamento da mulher; o combate à homofobia; o combate ao trabalho infantil. Também haverá discussões sobre políticas públicas voltadas para a questão de gênero, incluindo avanços institucionais e sociais. Paralelamente às conferências, haverá painéis sobre dois grandes eixos temáticos:

1ª. Mulher nos Sindicatos da Educação:

- Lideranças femininas, o teto de vidro dos sindicatos da educação
- As mulheres e o poder nos sindicatos: um passo adiante e outro atrás?
- Desconstituindo estereótipos de gênero, criando um entorno inclusivo dentro dos sindicatos da educação
- Mobilizar e sindicalizar as mulheres educadoras das zonas rurais e urbanas
- Como devem organizar-se as mulheres dentro do sindicato de educação?
- Como os sindicatos podem abordar questões relativas à violência de gênero nas escolas?
- A organização de professoras jovens, contratadas e funcionárias da educação
- A dimensão de gênero na migração internacional: as perspectivas dos sindicatos da educação

2ª. Mulher e Educação:

- A igualdade de gênero e os objetivos da educação pós-2015

- Igualdade de gênero e formação docente
- Educação de meninas: estímulo à participação, permanência e conclusão de estudos
- Mulheres na educação superior e investigação científica
- Gênero, educação técnica e formação profissional
- Meninos e meninas na educação: o que está ocorrendo em nossos países?
- Estratégias regionais de inclusão do tema da igualdade nas campanhas da IE
- Criar e manter entornos seguros para a educação
- Criar e manter condições de ensino e de aprendizagem seguros
- Planos de educação invisíveis: uso de materiais educativos sensíveis a gênero

A complexidade do contexto que atravessa as questões de gênero exige intervenções articuladas, notadamente, de setores sociais organizados, contra-hegemônicos ao modelo vigente

Observa-se, novamente, que há temas tratados na Primeira Conferência que retornam para nova discussão. Alguns são de conteúdo – como educação, empoderamento, combate à violência, saúde, renda – e outros são processuais, como a questão do fortalecimento das Redes de Mulheres. No primeiro caso, a recorrência é determinada pelos próprios avanços obtidos que colocam a questão em um novo patamar. É o caso da crescente participação das mulheres no sindicato e na política, ainda que em níveis insuficientes. Porém, há estagnações e retrocessos. Na educação, não se atingiram as Metas do Milênio, que, inclusive, já foram postergadas. No combate à violência, existem casos de recrudescimento incompatíveis com todas as mobilizações realizadas e, inclusive, políticas públicas conquistadas, como é o caso da Lei Maria da Penha, no Brasil.

Em resumo, a Segunda Conferência da IE, cuja consigna é “A Caminho da Igualdade”, revela, no próprio nome, o sentido que se quer dar ao desafio da construção da igualdade de gênero. Há um percurso que se faz, coletivamente, cujo desenho vislumbra pontos de chegada. Todavia, essa caminhada não é linear e apresenta muitas veredas, algumas previsíveis, outras surpreendentes. Como ensina Eduardo Galeano, a busca do horizonte dá sentido aos passos que trilhamos, mostrando o que se fez no passado e o que se quer do futuro. A Segunda Conferência da IE pretende dar um desses passos.



Graduadas e cheias de sonhos

O novo perfil das empregadas domésticas

Edilene retomou os estudos, entrou para uma universidade pública e se formou em Pedagogia

“**A** cabei de me formar e agora quero fazer especialização em educação inclusiva”, declarou animadamente Edilene Vieira Silva, 36 anos. Ela terminou o curso de pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás, no campus de Luziânia, cidade a 63 quilômetros da capital federal, Brasília.

Edilene está cheia de planos. O diploma significa para ela muito mais do que uma graduação: é a realização de um sonho, que implicará em mudanças radicais em sua vida profissional, principalmente.

Desde os 14 anos de idade ela trabalha como empregada doméstica. Começou cedo para ajudar com

as despesas da família. Cursou até o ensino fundamental, quando teve de interromper os estudos para se dedicar de vez ao trabalho. “Até que um dia resolvi voltar e, em 2006, comecei a cursar o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Assim, consegui terminar o Ensino Médio e não parei mais”, orgulha-se.

Escolaridade - Edilene não sabe, mas representa uma nova tendência no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o número de trabalhadoras domésticas que estão na faculdade cresceu 10% nos últimos três anos. Na última década, esse total aumentou dez vezes, passando

de menos de 6 mil, em 2002, para 64 mil pessoas em 2012.

Para a antropóloga Renata Mourão, o aumento de empregadas domésticas no ensino superior pode ser explicado por uma série de transformações sociais recentes que têm alterado os níveis de escolaridade e os padrões de consumo entre os trabalhadores da base da pirâmide social brasileira.

Autora de uma pesquisa etnográfica intitulada “Espelho mágico: empregadas domésticas, consumo e mídias”, realizada como dissertação de mestrado no departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP), ela acompanhou,

durante três anos, os hábitos das domésticas.

“Além do maior estímulo para se concluir o ensino médio, é possível verificar um movimento mais geral de expansão do sistema universitário, sobretudo por meio do crescimento da oferta de cursos em universidades particulares”, avalia.

Edilene conseguiu ir além. Entrou para uma faculdade pública. “Depois de terminar o Ensino Médio no EJA, dediquei dois anos somente para os estudos, para poder cursar uma faculdade gratuita”, disse. Fez vestibular em 2010, passou e, no fim de 2013, finalmente realizou o sonho de receber o diploma. “Sempre sonhei em ser professora”, confessa.

Para a antropóloga, uma das principais motivações para que essas trabalhadoras entrem para uma faculdade é provar para si mesmas, e para os outros, que podem, sim, ter um diploma de ensino superior – título antes exclusivo ao universo dos patrões. “Mas é claro que a vontade de se especializar e, eventualmente, mudar de profissão também é motivadora para muitas mulheres”.

Viagens – Dever cumprido, no fim do ano ela realizou outro desejo: viajar para o Piauí para passar férias com a família. Casada com um técnico eletricista, os dois saíram para o merecido descanso e, até nesse momento, ela reflete uma outra tendência entre os trabalhadores domésticos: o de viajar mais.

A pesquisa realizada por Mourão não tem dados quantitativos, mas ao avaliar os hábitos das domésticas, o acesso delas a computadores, redes sociais, internet, TV e cinema, pode-se perceber várias transformações dentro das residências e no comportamento dessas trabalhadoras, mas ela acredita que está ocorrendo um movimento em relação às viagens.

“Na verdade, sabemos que em várias regiões do país, por o emprego doméstico ser uma profissão com alto índice de migrantes, as viagens para visitar os parentes nas férias têm sido importantes há muito tempo (estudos da década de 1970 já mostravam isso)”, lembrou.

Avião – Ela acredita que na última década é possível identificar duas mudanças: a primeira é que, sempre que possível, essa viagem deixa de ser realizada de ônibus para ser realizada de avião, “uma conquista importante para as classes de menor poder aquisitivo no Brasil”, pontua.

A outra novidade, na sua avaliação, é a viagem de turismo. “Essa certamente é uma prática recente para a categoria profissional. Embora ainda seja restrita a uma minoria das empregadas domésticas, com organização e planejamento financeiro, ela passa a ser possível”, disse.

Das Dores, como gosta de ser chamada, também é empregada doméstica diarista, trabalha de domingo a domingo e, assim como Edilene, decidiu viajar de férias no início de 2014. “Há onze anos não visito minha família”, disse e fez questão de ressaltar: “Estou indo de férias para visitar os parentes, mas vou fazer turismo também”.

As mudanças são visíveis no perfil do trabalhador doméstico, e o salário, sem dúvida, é fator determinante para se ter mais acesso a bens de consumo. Dados do IBGE apontam que salário das empregadas domésticas também subiu, 8%, em 12 meses.

EMPREGADOS/AS DOMÉSTICOS/AS NA SALA DE AULA

Maioria dos/as trabalhadores/as tem ensino fundamental completo

Escolaridade	Em 2002	Em 2011
Sem instrução	680.233	858.566
De 1 a 3 anos	1.039.465	644.779
De 4 a 7 anos	2.631.979	2.252.255
De 8 a 10 anos (ensino fundamental completo)	1.212.784	1.532.102
De 11 a 14 anos (ensino médio)	634.547	1.243.843
15 ou mais anos (ensino superior)	5.633	63.449

Fontes: Professor José Pastore e IBGE

Entretanto, o percentual de trabalhadoras que começaram a trabalhar com carteira assinada caiu de 6,5% para 5,9%. Algo que pode ser explicado, segundo Jefferson Mariano, analista socioeconômico do IBGE, pela migração delas para outras áreas. “Elas estão se qualificando e esse processo faz com que algumas migrem para setores como serviços, por exemplo, que têm crescimento, em contrapartida à redução dos serviços domésticos”, explica.



Das Dores: viagem para visitar a família e fazer turismo

Carteira assinada: agora é pra valer!

O ano de 2013 foi determinante para quem trabalha como empregada doméstica no Brasil. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas, pelo Congresso Nacional, reorganizou a relação patrão empregado nesse universo doméstico.

A matéria não foi ainda regulamentada, mas desde sua aprovação, em maio de 2013, a PEC nº 66/2012 já mostrou a que veio e causou um alvoroço dentro das casas onde existe a figura do trabalhador doméstico.



6.574.449

é número total de trabalhadores/as que atuam no setor doméstico (considera pessoas que trabalham ao menos uma vez por semana)

70%

dos/as domésticos/as do país não tinham carteira assinada em 2011, segundo a pesquisa

56%

foi o aumento real no rendimento das domésticas de 2004 a 2012, segundo o IBGE

29%

foi o ganho da renda média dos trabalhadores/as no mesmo período

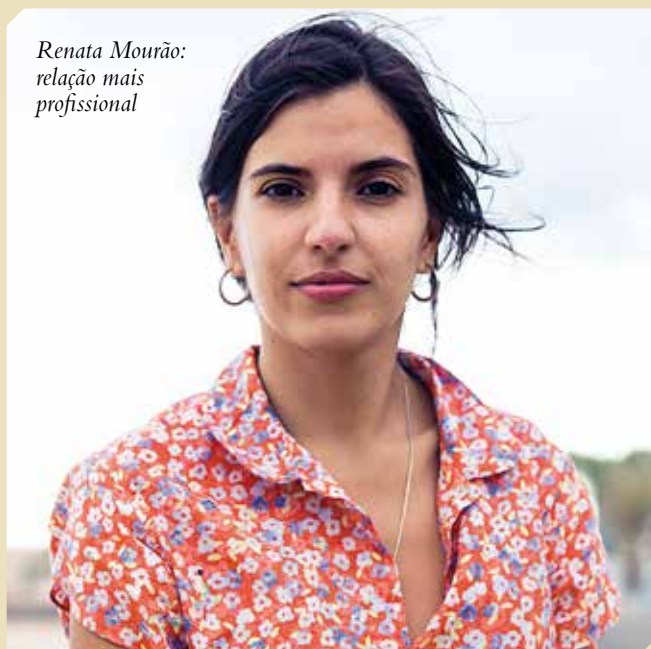
Fontes: Professor José Pastore e IBGE

Desde então, ambas as partes (empregador e empregado) têm se adaptado às novas normas e aguardam a regulamentação para saberem onde realmente estão pisando. Maria Lúcia, contadora, admite que teve de demitir sua empregada doméstica “porque não sei ao certo o que vai acontecer”, disse. Na dúvida, ela preferiu optar por uma diarista “até que tudo fique bem definido”.

Novas regras - O medo do que poderia vir foi mútuo. Das Dores, 42 anos, é diarista. Ela sabe que as novas regras vão afetar pouco a sua vida, mas conta a história de uma “amiga que estava empregada em uma casa há mais de cinco anos e foi demitida porque os seus patrões ficaram com medo da nova lei”. E o pior, conta ela, “é que essa minha amiga acabou de conseguir o financiamento da sua casa pelo Minha Casa, Minha vida, tem filho pequeno e não sabe o que fazer”, lamenta.

Renata Mourão vê com bons olhos a PEC de modo geral, porque equipara essa categoria profissional aos demais trabalhadores,

Renata Mourão:
relação mais
profissional



Divulgação

conforme previsto na Constituição Federal de 1988. “Ao garantir uma jornada de trabalho delimitada, o pagamento de horas extras e o FGTS (que na verdade ainda não foi aprovado), essa PEC contribui para a profissionalização do emprego doméstico”, avalia.

O impacto mínimo no bolso de todas as famílias deverá ser de 8%, considerando-se o gasto atual com o empregado doméstico. O valor refere-se à obrigatoriedade de pagamento do FGTS.

Despesas - A conta pode ser ainda maior. Segundo o Instituto Doméstica Legal, o empregador poderá desembolsar, em média, 36% a mais para manter os padrões atuais de serviço de um empregado registrado. O cálculo é válido para situações em que o empregado cumpre duas horas extras de jornada por dia.

Um dos grandes problemas dessa profissão sempre foi a falta de uma jornada definida. Os patrões e patroas não paravam nunca de pedir tarefas. Muitas mulheres que dormiam no serviço chegavam a trabalhar 18 horas por dia, lavando a louça do jantar, servindo café da manhã.

“Ao ter uma jornada de trabalho delimitada, com as tarefas mais claras, passa a ser possível ter uma relação de trabalho mais profissional. E isso certamente contribui para que algumas mulheres com maior escolaridade permaneçam no emprego doméstico, contribuindo para esse novo perfil de empregada doméstica”, acredita Renata.

Mais Poderosas!

Bolsa família muda realidade de mulheres e elas assumem o controle da casa

Por Marcionila Teixeira

Fotos: Bruna Monteiro





Com o Bolsa Família, Carolina pode acompanhar a educação dos filhos e ainda cuidar da sobrinha

Na casa da manicure Edivânia dos Santos Bezerra, 18 anos, um sentimento poderoso de liberdade começa a ganhar forma. Casada, mãe de dois filhos pequenos e dona de uma renda irrisória, a moradora do Alto do Cajueiro, bairro pobre da periferia de Olinda, em Pernambuco, já não precisa mais pedir dinheiro emprestado à mãe para comprar o alimento e o remédio das crianças nos momentos de maior escassez. Desde setembro do ano passado, tira do próprio bolso os R\$ 102 que recebe a cada mês referentes ao repasse do Bolsa Família. Planeja bem para não faltar. Confessa que não gostava de escutar as palavras duras que a mãe lhe lançava no momento dos empréstimos. “Agora sou mais feliz. Não preciso passar por humilhação da família”, reflete, com extrema simplicidade. A independência de Edivânia, no entanto, ainda está em construção. O rosto da manicure não aparece ao longo desta reportagem porque o companheiro dela proibiu as fotos. No Nordeste, onde a cultura machista ainda é lei, a manicure cede.

O processo de independência de mulheres como Edivânia pode parecer lento aos olhos de alguns, mas é reflexo de um movimento sem volta. O fenômeno é classificado por especialistas como uma nova fase de empoderamento da mulher, cuja principal munição é o

Bolsa Família. Pesquisas desenvolvidas país afora mostram que o benefício tem abastecido o público feminino de mais independência e auto-estima. E os resultados parecem compreensíveis. Se elas, como titulares, podem sacar a verba direto no caixa, também têm condições de decidir sozinhas que tipo de alimento darão a seus filhos, de planejar gastos com uma roupa nova para as crianças e com bens para elas próprias, por exemplo. Trata-se do direito de exercer o poder da escolha.

Mais autonomia

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apontam que no Brasil 92,79% dos titulares do Bolsa Família são mulheres. A explicação do Governo Federal para o domínio feminino é simples: elas teriam mais responsabilidade nos gastos com a casa. “A mulher é mais conhecedora dos problemas existentes na família. Além disso, o benefício pago preferencialmente a elas reforça a autonomia do sexo feminino da parcela mais pobre da população. Na última avaliação de impacto do programa, ficou constatado que a participação no Bolsa Família ampliou o poder decisório das mulheres e o exercício de seus direitos reprodutivos”, pontua Luis Henrique Paiva, secretário nacional de Renda e Cidadania.

Os avanços para a mulher são sentidos além da escolha do alimento dos filhos e do tipo de bem que vão adquirir em parcelas bem planejadas. A educação das crianças e a possibilidade de optar por melhores vagas de emprego também ganham pontos em meio a todo esse movimento que envolve a mulher. Carolina da Conceição Alves de Castro Nunes, 24, moradora do bairro de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco, preferiu deixar de trabalhar fora para acompanhar de perto a educação dos três filhos, de 6, 3 e 2 anos. Ela conta que somente pode fazer isso porque tem a renda garantida do Bolsa Família, um total de R\$ 134, além da ajuda do companheiro. “Eu mesma desisti de estudar na 8ª série. Quando era criança, minha mãe trabalhava muito e até dormia fora e eu ficava desestimulada. Não vou repetir isso com meus filhos. Levo e trago da escola e ainda vou às reuniões e festinhas. Se trabalhasse fora, teria que gastar o pouco que ganhasse para pagar alguém para ficar com eles. Prefiro desse jeito. Sei

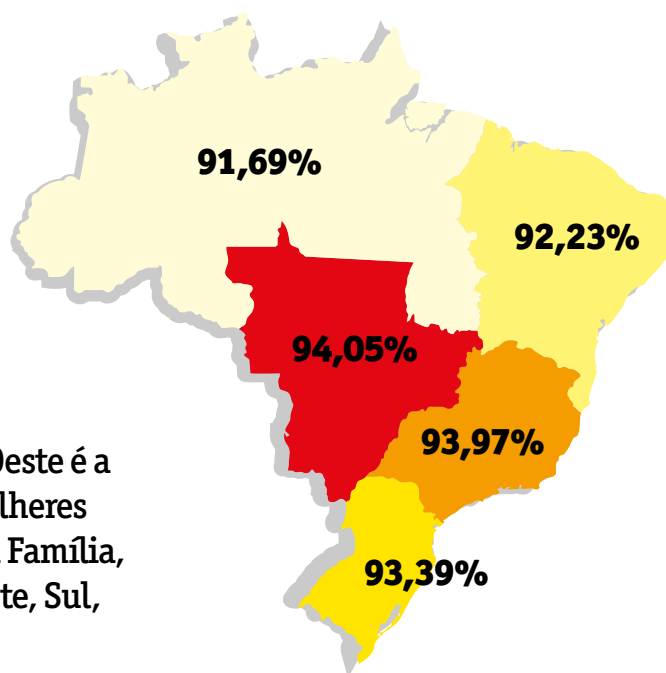
"Eu mesma desisti de estudar na 8ª série. Quando era criança, minha mãe trabalhava muito e até dormia fora e eu ficava desestimulada. Não vou repetir isso com meus filhos. Levo e trago eles da escola e ainda vou às reuniões e festinhas"

que cuido melhor das crianças que qualquer outra pessoa”, conta.

Na avaliação da cientista social Luciana Ramirez da Cruz, da Universidade Estadual de Campinas

(Unicamp), escolhas como a de Carolina reforçam a necessidade de equipamentos públicos, a exemplo das creches, para auxiliar na saída dessas mulheres de casa e no processo de independência feminina. “Hoje elas contam com redes de solidariedade em seus bairros para não optarem por deixar de trabalhar, mas o ideal seriam as creches públicas. Por outro lado, acredito que ver o crescimento do filho de perto, ao invés de estar em uma espécie de trabalho escravo, é muito produtivo também. Penso que com o dinheiro do benefício em mãos, passa a existir uma maior negociação da força de trabalho, em que ela pode escolher onde e como vai trabalhar. Há regiões do país, no entanto, onde com esse valor é impossível sobreviver”, explica.

Luciana Ramirez é uma das pesquisadoras brasileiras que estudaram os efeitos que os programas de erradicação da pobreza e transferência de renda causam nas comunidades nas quais estão inseridos. Na cidade de Santo Antônio do Pinhal, em São Paulo, ela constatou junto a 25 entrevistadas um contraponto na decisão de Carolina. “Conheci mulheres que deixaram de tomar até antidepressivos porque passaram a circular em outras ocupações. Isso aconteceu graças à participação delas em cursos



A região Centro-Oeste é a que tem mais mulheres titulares do Bolsa Família, seguida da Sudeste, Sul, Nordeste e Norte.

Fonte: MDS



Luciana Ramirez: creches públicas auxiliam no processo de independência feminina

Divulgação

de capacitação oferecidos pelos municípios às titulares dos programas”, justifica. Na localidade pesquisada, 27% da população era beneficiada pelo programa.

Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com pós-doutorado em desenvolvimento econômico, Tatiane Almeida de Menezes analisa que a melhoria na vida da mulher acontece em cadeia após o fenômeno do Bolsa Família. “Essas titulares não tiveram ajuda quando crianças no acesso à educação e se tornaram trabalhadoras com baixa qualificação, o que dificulta muito o acesso ao mercado de trabalho. O país tem uma dívida social com essa população e a ideia é resgatar essa dívida dando oportunidade de estudo para os filhos dessas pessoas. Por isso é importante que esse dinheiro esteja na mão da mulher, pois, no casal, é ela quem tem mais preocupação com os filhos. Como consequência, ao ter acesso ao recurso, também terá mais voz ativa em casa”. E não é só isso. Tatiane Menezes ressalta que o benefício, além de ajudar na educação das crianças,

também tem um papel importante na retirada delas do trabalho infantil. “O dinheiro complementa a renda familiar e substitui a renda obtida com o suor dos meninos e meninas dessas famílias”, observa.

Transferência de Renda

O programa Bolsa Família foi instituído em 2003 e faz parte do Plano Brasil sem Miséria, do Governo Federal. O foco são pessoas com renda per capita de até R\$ 70,00. O valor cresce à medida que aumenta o número de crianças e adolescentes na família. Hoje, são cinco os tipos de benefícios, cujo valor vai depender das informações do Cadastro Único. A composição familiar e a renda declarada determinam o valor do benefício da família, o que justifica a existência de duas famílias com a mesma composição recebendo valores diferentes. Os principais eixos do programa são: transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza, reforço do acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, e programas complementares para superação da situação de

vulnerabilidade. Segundo a folha de pagamento do Programa Bolsa Família, em 2013, 14.086.199 famílias brasileiras receberam o valor total de R\$ 24.890.107.091,00.

Taciana Barbosa, 27, mãe de duas crianças e moradora da periferia de Olinda, integra esse universo de beneficiários. Hoje, recebe R\$ 134 do programa, sua única renda. “Quando era diarista e vivia sozinha com apenas uma filha, o dinheiro do Bolsa ajudava demais e eu até pagava a escola dela com o benefício. Mas hoje, depois que casei de novo, é minha única renda e uso mais para comprar roupa para ela e para o bebê que nasceu depois. Meu marido compra o restante das coisas. Ele sabe que o dinheiro do Bolsa é meu, recebia antes de conhecê-lo, e que não pode se meter com os meus gastos. Ele não é doido de nem chegar perto para pedir”, brinca. Ao desistir do emprego de diarista e casar novamente, Taciana passou a sonhar com uma vaga de bombeiro civil. Está fazendo um curso de capacitação no setor e em breve pretende melhorar a vida dela e da família com uma renda mais atraente.



Taciana: "Dinheiro do Bolsa Família é meu"

Por
 Prof.^a Dr.^a Lucia Rincon
 Prof.^a Dr.^a Maria Esperança F. Carneiro
 Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Barbo Siqueira



Ficar ou não ficar: questão só para mulheres?¹

¹ Este texto é resultado do trabalho de um grupo de pesquisa da PUC Goiás, da Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Instituições Educacionais, e foi publicado integralmente na Revista Fragmentos de Cultura (IFITEG/SGC/UCG). Editora UCG: Goiânia, V.15, n.2, fev. 2005. ISSN 1414-9494. (p. 385 a 404) com o título O Ficar e o Creonte da Produção Flexível.



O “FICAR” E O CREONTE DA PRODUÇÃO FLEXÍVEL

Nossa opção (de trabalho e de vida!?) por ser educadores/as, exige de nós um estado de atenção e dedicação tão intenso, que apesar de lidarmos cotidianamente com nossas carências, muitas vezes nos escapa a visão das teias mais emaranhadas em que estamos envolvidos/as como profissionais, particularmente nós, mulheres.

Trabalhando em um grupo de pesquisa de educadores/as e alunos/as, com historiadoras, psicóloga, sociólogos/as e juristas, pudemos surpreender-nos de forma inesperada quando nos debruçamos sobre nossas dificuldades com o envolvimento de nossos/as bolsistas, um grupo de 12 jovens, com apenas um homem. Como envolver alunos/as na leitura/estudo de documentos/relatórios em geral contendo 50 páginas, se nos grupos de estudos tudo era deixado de lado para manter conversas sobre o final de semana e temas como “quem ficou com quem”? Obviamente, na opinião dos/as jovens alunos/as, na faixa etária entre 16 e 22 anos, esses assuntos eram muito mais interessantes que a pesquisa em curso. Conclusão: desafiamos nossos/as alunos/as propondo conhecer o “ficar” de forma científica. Eles/elas aceitaram.

A produção do artigo do qual apresentamos aqui uma parte, descortinou-nos mais um fio da teia social tecida com capitalismo e patriarcado, que nos submete e explora! Buscamos compreendê-lo cientificamente para colaborar na formação de professores, contextualizando o ficar como fato social, pertinente ao sujeito da terceira revolução social da produção flexível. Procuramos desvelar o sujeito social da produção flexível e as consequências pessoais e afetivas decorrentes da demanda de novo perfil profissional de trabalhador no capitalismo flexível e a decisão de publicá-lo na revista *Mátria* deve-se à determinação de compartilharmos, o mais amplamente possível, o conhecimento produzido.

1. PREOCUPAÇÃO PARA EDUCADORES/AS

Neildson Rodrigues denuncia a imposição das políticas neoliberais no mundo contemporâneo e globalizado, com as quais instituíram-se campos particulares da razão, que são transformados em verdades e apresentados como se fossem uma totalidade absoluta. Também a educação (evidentemente, o seu fracasso), nesta nova mitologia, é transformada em educação instrumental. Apesar de se saber que é esta concepção de educação elitista e excludente que está comprometida no seu funcionamento, muitos teóricos

tentam esconder esta realidade e tentam estender o fracasso deste modelo para toda educação e racionalidade.

A função da educação é de disciplinar o ser natural e abrir-lhe, portanto, as portas da racionalidade, possibilitar que nele se construa a consciência e a compreensão dos fundamentos humanitários, que são os fundamentos da individualidade, da autonomia e da liberdade. Neste sentido, Neildson Rodrigues afirma que a educação vai na contra-mão da natureza do mito, do senso comum e das verdades absolutas, ainda que elas sejam racionais. Ele lembra que todas as grandes tragédias do mundo foram produzidas em nome de uma razão, ou até mesmo de boas razões. O autor ressalta a importância de compreender os mitos, não apenas o mito de Édipo, o mais conhecido, mas o de Creonte. Esse personagem é o cunhado de Édipo e personifica a convivência, a passividade e o oportunismo com a situação. Esta é a fala mais clara do personagem Creonte, na qual se evidenciam as características acima explicitadas. É fala dele:

Não nasci com o desejo de ser rei, mas sim de viver como um rei. E assim todo aquele dotado de razão. Hoje, obtenho tudo de ti, sem que me custe nenhum temor: se eu mesmo reinasse, quantas coisas teria de fazer contra minha vontade! Como então eu poderia achar o trono preferível a um poder, a uma autoridade que não me traz nenhuma preocupação? Não me iludo a ponto de desejar mais do que honraria e proveito. Sinto-me hoje à vontade com todos, todos me cumprimentam, os que têm necessidade de ti vêm antes conversar comigo: para eles, o sucesso está assim garantido. E eu trocaria isto por aquilo? Não, razão não poderia converter-se em desrazão¹ (SOFOCLES, 1998, p.43, 44).

A fala de Creonte mostra as características de seu caráter e a escolha pela passividade e oportunismo, pois goza das benesses do poder sem precisar assumir a sua responsabilidade e as suas mazelas. Essas características da personalidade de Creonte, atualmente, manifestam-se nas pessoas e, principalmente, nos jovens que aceitam também passivamente o mito da verdade absoluta do neoliberalismo, em que o mercado é o “Novo Deus” e os incluídos os “Consumidores Reis”. Em nosso grupo de estudos foi discutido que muitos são os mitos da atualidade e que um deles é o “ficar”, que passou a ser estudado, procurando conhecer este fato social de forma ampla, ou seja, no processo das relações sociais e não somente como tem sido representado, como uma conquista dos jovens (homens e mulheres) para conhecer melhor sua sexualidade e afetividade em lugares públicos, portanto, sob uma supervisão do grupo como mecanismo de controle. É também

comum reconhecer tal fato como uma trégua na luta entre os sexos, pois, tanto os homens como as mulheres podem tomar a iniciativa.

2. REFLEXÕES SOBRE A/O JOVEM E O “FICAR”

Para Siqueira, uma das pesquisadoras do grupo, discutir sobre “namoro” significa falar de algo vivenciado pela maioria das pessoas ao longo de suas vidas. O namoro é uma forma de o sujeito expressar a si mesmo e aos outros sua sexualidade, constituindo-se uma importante forma de aprendizado social, afetivo e sensorial. A adolescência demarca o seu aparecimento, e o seu fim somente acontece com a morte, ou seja, os atos de namorar, cativar, envolver, inspirar o amor, cortejar, apaixonar só acabam com a finitude humana.

O namoro é influenciado por normas, regras, preconceitos e tabus construídos ao longo da história de cada um, variando de tempo em tempo e de sociedade para sociedade. Na atualidade, com frequência, o namoro vem sendo precedido de uma forma de comportamento denominado “ficar”. Esta atitude, que se desenvolveu entre os jovens em meados da década de oitenta, implica certa intimidade física que prescinde de conhecimento prévio e de qualquer tipo de continuidade do relacionamento, sendo comum os jovens “ficarem” numa festa no dia anterior, por exemplo, e se encontrarem no dia seguinte e nem conversarem. Esta atitude representa uma nova condição de relacionamento em que as pessoas mantêm contatos físicos e afetivos durante um curto tempo, sem que isso signifique um vínculo duradouro. Eles se sentem livres. Por falta de qualquer compromisso, essas experiências se assemelham às brincadeiras sexuais infantis, vivenciadas pelas crianças na segunda infância, como exemplo: brincar de casinha, brincar de médico, de enfermeira, de papai-e-mamãe.

O “ficar” consiste em intimidade afetiva, que não implica nada mais que o prazer imediato relacionado à troca de carícias. Ele não dá direito nem determina obrigações e, tampouco, qualquer tipo de envolvimento amoroso.

O “ficar com”, apesar de aparentar uma grande liberdade sexual, está repleto de regras que dependem do grupo social (idade, classe social e educacional) e do momento histórico do sujeito e do grupo a que pertence. Esse comportamento pode ser vivido de modo que represente um exercício das relações afetivas, pois o sujeito pode conhecer melhor a si mesmo e aos outros e, além disso, pode haver maior possibilidade de escolher parceiros e de experimentar as sensações prazerosas do toque com o outro, sem que esse relacionamento, necessariamente, leve

¹ O grifo é nosso.

ao compromisso, ou, por outro lado, desvalorize a mulher. Os jovens se percebem menos escravos do desejo visual e não compelidos a ir atrás das moças de forma grosseira e voraz, como no passado, atitude frequentemente esperada dos rapazes de antigamente. Sentem o desejo, mas não a obrigação de exercê-lo. Estes são fatores importantes no desenvolvimento afetivo do jovem na atualidade. Neste encontro, o jovem poderá entrar em contato com suas sensações, perceber seus sentimentos e entender suas emoções, desenvolvendo o conhecimento sobre si e sobre os outros, ou seja, ele se descobre e se reconhece na sua relação com o outro.

Tom Wolfe, a partir de pesquisas de comportamento sobre as formas de relacionamento dos jovens americanos no final do século XX e no novo milênio, escreve um ensaio intitulado: “Ficar ou não ficar”, no qual revela a intimidade e, ao mesmo tempo, assinala o vazio existencial desses jovens nesse novo milênio. Wolfe afirma:

No ano 2000, ficar era uma gíria conhecida por quase toda criança com mais de nove anos de idade. O número de pais e mães que o conheciam, porém, era relativamente pequeno; e mesmo que já tivessem ouvido aquilo, achavam que a expressão era usada no antigo sentido de “encontrar” alguém. Entre as crianças, ficar era sempre uma experiência sexual, mas a natureza e a extensão do que faziam podia variar amplamente. (2001, p. 13-14).

Afirma Kehl (2002, p. 471) que

estamos mergulhados numa cultura que supervaloriza os prazeres. Uma cultura que se apoderou de algumas reivindicações libertadoras dos anos 60 e devolveu a resposta na forma de mercadorias: todos os prazeres que você puder imaginar estão à sua disposição no mercado.

É uma sociedade em que a sexualidade é idêntica à própria contemporaneidade, onde há hegemonia dos indivíduos, da aparência, do supérfluo, do jogo, do narcisismo, onde há o domínio do instantâneo, do que não merece ser recordado. É nesse ambiente que vemos os jovens agir. Muitas vezes não se percebem nem se reconhecem nas suas atitudes, como se estivessem cindidos.

Na corte/mercado do século XX, o lugar das paixões é ocupado pelo consumo. As relações prioritárias entre as pessoas vão sendo substituídas por relações prioritárias com o mercado e com a moda – esta obsessão pela pertinência ao “lugar onde todos estão” (e que não existe). [...] tudo o que você deseja deve se realizar, contanto que você possa comprar. (KEHL, in: Cardoso, Sergio. 2002 p. 487-488)

Para assumir a ideia do corpo como máquina do desejo, constrói-se a metáfora maquinal do corpo, ou como Deleuze e Guatarri nomeiam no primeiro capítulo do seu livro *O Anti-Édipo*, as máquinas desejantes. O corpo produz desejo através de um trabalho conectivo que é chamado de libido, ou seja, desejo. Assim, a produção social é produção libidinal, em que toda instituição do desejo torna-se uma megamaquinaria do desejar social.

Como afirma Deleuze e Guatarri (1966, p. 143), “o capitalismo liberta os fluxos do desejo, mas nas condições sociais que definem o seu limite e a responsabilidade de sua própria dissolução”. Dessa forma, instaura-se a sua própria contradição e controla-se a ação do sujeito.

Vive-se em uma sociedade que enquadra o homem, que o rotula, que o transforma tomando como referência padrões de comportamentos, submetendo-o a valores sociais, morais e religiosos para defini-lo genericamente.

Não se pode esquecer que antes de ser homem ou mulher, todos são seres humanos e, como tal, têm sede de liberdade e de pertencimento. O ser humano existe sob estes dois aspectos ao mesmo tempo: ele é no e do mundo. Assim, ele se traveste naquilo que se diz ser aceitável e segue em frente, sem reflexão, apenas satisfeito, mesmo quando ele acredita estar fazendo tudo aquilo que é necessário para cumprir o papel social determinado pelo grupo. Ele é levado pela vida, mas se perde dela, pois não consegue estabelecer contato com quase nada, nem com ninguém. O ser humano se torna um fantoche, vazio, precisa responder, mas perdeu a própria voz. Ele passa a ser atropelado e a atropelar, pensando que isto é bem viver.

Deve-se ficar atento para uma possível banalização das relações. Quando jovens “ficam com” usando o outro como objeto, raramente sabendo os nomes um do outro, o que significa a identificação e a possibilidade de diálogo, é pouco provável a sua ocorrência, pois a palavra é silenciada e a forma de comunicação humana dialógica desaparece, podendo levar a frustrações para ambas as partes envolvidas.

Neste sentido, como afirma Arendt (1991, p. 191), no livro *A condição humana*, é essencial perceber o valor do diálogo na construção do sujeito histórico:

Sem discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer.

Assim, o/a jovem deve se permitir ser ator e autor de seus atos, expressá-los, discuti-los, refletir sobre sua vida, entender suas ações e suas consequências.

3. FICAR OU NÃO FICAR: QUESTÃO SÓ PARA AS MULHERES?

O “ficar”, fato social que se vivencia no processo das relações sociais como uma conquista dos jovens, que procuram conhecer sua sexualidade e afetividade, quando tanto o homem quanto a mulher podem tomar a iniciativa, apresenta-se como uma das leituras sociais que o reconhece como uma conquista positiva, que leva ao conhecimento de sensações, emoções, sentimento e afetividade sobre si e sobre os outros.

Entretanto, as entrevistas realizadas com alguns jovens mostram que existem outras leituras sobre o “ficar”, persistindo ainda olhares diferenciados, sendo que um desses é o olhar social preconceituoso, de naturalização da dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres. Alguns depoimentos expressam nitidamente o preconceito, quando o homem afirma que: “as mulheres que ‘ficam muito’ não são para namoro”. Muitas mulheres também validam em seus depoimentos que o “ficar” é uma situação vivenciada por aquelas mulheres que “não se dão valor”. Percebe-se claramente que valores culturais perpassam tal situação numa avaliação de intolerância, pois, para uma quantidade significativa de mulheres e homens, o “ficar muito” acarretaria uma desvalorização pessoal exclusivamente da mulher, que teria dificuldades para a construção de uma relação mais séria de namoro e casamento. Essa interpretação da realidade cultural sobre o “ficar” está carregada de tabus, e indica a necessária construção de um novo sujeito, que implique em que as mulheres possam gerir os seus próprios corpos.

Em um mundo que pretende coisificar o humano, a cultura se modifica para dar lugar a determinados comportamentos, que são socialmente construídos e impostos como “normais”. Mas o que é cultura? Segundo Santos,

cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções [...]. Entendida dessa forma, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social [...], é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência das leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. (2004, p. 44)

Desta forma, entende-se que a categoria cultura abrange o campo das relações humanas e a construção das experiências históricas diferenciadas. É também compreendida como um constructo formado por idéias que dominam o agir humano, por meio de conteúdos interpretativos da subjetividade do ser social. Assim, o comportamento social, e, neste caso, o “ficar” pode ser entendido como uma fração da práxis cultural da vida humana concreta, e o seu preconceito como uma construção histórica. No estudo da categoria cultura, é significativo considerar que

cada realidade cultural tem a sua lógica interna, a qual [se deve] procurar a conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. (SANTOS, 2004, p. 8).

Se, por um lado, no modelo societário contemporâneo, patriarcal e capitalista, o ser humano é coisificado, porque a sua humanidade é subvertida e corroída pelas diferenças sociais de classe, de etnia, por outro lado, as diferenças de gênero persistem. Afinal, também “o trabalho doméstico é considerado produtor e reproduzidor de uma mercadoria especial que é a força de trabalho”. (AGUIAR, 1997, p. 26).

Nesta perspectiva deve inserir-se um novo projeto político, cuja estratégia consiste na criação de novos elos entre a esfera privada/doméstica e a pública, no qual a mulher possa assumir o seu próprio corpo, questionando e mostrando as implicações da cultura patriarcal que impõe uma certa maneira e estilos de vivências corporais já culturalmente estabelecidas. Neste sentido, pode-se constatar que o ideal masculino é o formulador e controlador da participação das mulheres na sociedade civil, de tal ordem que o “ficar” para os homens é permitido e para as mulheres é restrito. Como se depreende dos depoimentos a seguir:

Entrevista 1:

“Ficar é algo momentâneo e efêmero onde não há sentimentos envolvidos. Tenho 22 anos e nunca fiquei, não gosto dessa coisa de ficar, prefiro namorar seriamente, acredito em amor eterno e gosto de romantismo, coisa que hoje quase não se vê. Além do mais, ainda existe preconceito em relação à mulher, pois os rapazes podem ficar com quantas meninas quiserem, mas as garotas não podem, porque são vistas com maus olhos.”

Entrevista 2:

“Ficar hoje em dia é coisa natural. Jovens saem à noite e beijam quantos puderem. Quanto a mim, prefiro relacionamentos sérios, que possuem maior durabilidade. Acho uma banalidade as meninas permitirem ser tratadas como objetos. Não consigo sair à noite para ficar com alguém, escolher alguém na multidão e beijar na boca de um desconhecido. Saio e me divirto sem

me sentir usada. Gosto de namorar. Além do mais, só jovens e adolescentes é que costumam ficar, e eu prefiro homens maduros e estáveis, que não fazem da vida um eterno festival.”

Entrevista 4:

“Quando eu era mais jovem, eu ficava com os garotos do colégio, mas era uma coisa bem ingênua, era mais brincadeira. Hoje, fico mais acabo namorando a pessoa. Assumo um compromisso sério, não fico só para trocar alguns beijos, até porque ainda realmente existe preconceito com mulheres que ficam demais, e não quero ser chamada de ‘galinha’ ou algo parecido. Senão fica uma coisa muito chata; por isso que existem várias formas de ficar, e cada um tem a sua. Acho que não precisa ser vulgarizado, tem que ter um certo respeito. As meninas que ficam demais, com muitos na mesma noite, a consequência é que os homens acabam achando que nós mulheres somos obrigadas a aceitar o beijo deles. Com isso não podemos ter escolha própria ou o direito de fazer o que quiser.”

O “ficar” é entendido e vivenciado como um fato de deleite e prazer sem qualquer responsabilidade entre os jovens, segundo o ideal formulado pelo recorte masculino que expressa claramente a nova condição de relacionamento entre as pessoas, marcado por contatos físicos de curta duração, fugazes, efêmeros, instáveis e mutantes na apresentação do tempo (do aqui, do agora e do já), como um fato que beneficia, sobretudo, os homens.

Entrevista 7:

“O ‘ficar’ veio para substituir o relacionamento sério, pois este não precisa ter compromissos, responsabilidades, e que é hoje o que muitos procuram, ninguém está querendo ter mais responsabilidades. Então, dessa forma podem ‘aproveitar a vida’, pois podem ‘ficar’ com uma pessoa hoje, e logo depois de algumas horas já podem estar com outra, não devendo explicações para ninguém.”

No depoimento 8, podemos constatar que a gestão sobre o próprio corpo pela mulher é parte ainda de uma agenda política do movimento feminino a ser conquistada.

Entrevista 8:

“Ficar é mesmo um tormento para nós mulheres. É um tormento porque para nós confunde o proibido e o permitido, o certo e o errado, o bom e o ruim. Nesse mar de antíteses só sabemos que se ficarmos seremos malvistas pelos homens, mas, se não ficarmos, não seremos sequer vistas e ficaremos para ‘titia’. E por que o ‘ficar’ só é bom se for para os homens? Por que nós mulheres temos que nos esconder para praticarmos um ato que, além de lícito, é tão gostoso? Afinal, numa sociedade em que vigora a comunhão por união estável e afins, as pessoas vêem com um certo receio o relacionar-se mais sério, além do que, qual o propósito de permanecer com apenas uma pessoa por muito tempo, se existe a felicidade de se relacionar com diversas em um curtíssimo espaço de tempo? (...) Agora, por que as mulheres não podem participar ativamente desse novo processo? É difícil dizer o certo, na verdade os homens separam as mulheres em duas categorias distintas: as ‘para namorar’ e as ‘para ficar’. A garota

‘para namorar’ é aquela que tem características de uma mulher do início do século passado. É aquela que não bebe, não fuma, não fala palavrão, é educada, e provavelmente será uma boa dona-de-casa, ou seja, é bastante parecida com a mãe do rapaz. Já a garota ‘para ficar’ é bem ‘fogososa’, beija bem, tem um corpo perfeito (ou que pelo menos possa ser tocado), e leva a vida sem muito compromisso. Essa garota é temida pelos homens, que a querem só pela facilidade do relacionamento, mas temem que num relacionamento mais sério elas façam com eles o que eles pretendem fazer com elas (trair, enganar, etc.). A fim de fugir desse estereótipo, as mulheres precisam esconder seus atos e vontades a sete chaves, ou seja, é preciso mostrar a todos que é uma garota ‘de família’, que quer casar e ter muitos filhos e uma casa bem grande. A questão do ‘ficar’ para as mulheres é um processo que compromete sua reputação frente à sociedade. As mulheres que ficam muito são as ‘prostitutas modernas’. Afinal, elas são vistas como fáceis e voltadas para o prazer, comprometendo, desta forma, o futuro social, profissional e amoroso da mulher.”

Este depoimento mostra como a gestão do corpo ainda é fonte de conflitos, cujo projeto libertário só se fará no âmbito de movimento de mulheres para mudança das práticas e da visão de mundo na reapropriação dos espaços públicos. Faz-se necessário a construção de consciência de gênero em todas as atividades e produção de conhecimento para uma retomada crítica e democrática da gestão das mulheres sobre o próprio corpo.

4. O “FICAR”: A APARÊNCIA NÃO É A ESSÊNCIA

É necessário procurar compreender o “ficar” nas suas múltiplas facetas, sob pena de considerar como verdade apenas um fragmento da realidade, que poderia inaugurar um novo mito. A ciência aconselha cautela, pois a aparência não é a essência. A análise da vida social, nos aspectos da sexualidade e afetividade, devem ser pensadas também no processo produção/reprodução da existência física/material e subjetiva dos indivíduos na pauta cultural da atualidade e na formação do caráter.

As crescentes mudanças na base material com a organização flexível da produção²,

a internacionalização e a globalização da economia têm levado a uma nova divisão internacional do trabalho, na qual o poder

² Automação flexível é a introdução, no processo produtivo, quer de mudanças organizacionais quer de inovações no sistema coordenado de máquinas do fordismo para o controle automatizado da produção integrada, num processo em que as máquinas controlam as suas próprias operações. Nesse processo, afirma-se que, por um lado, a máquina tornou-se um estoque de possibilidades, em função das contribuições da ciência, especialmente no campo da microeletrônica e da microinformática. Por outro lado, afirma-se também que a valorização do “trabalho inteligente”, ou seja, aquele que requer habilidades cognitivas e de abstração, em tese, liberaria o trabalhador do trabalho repetitivo e parcelado. No entanto, há que se ressaltar que as novas tecnologias são fundamentalmente poupadoras de força de trabalho, ou seja, trazem no seu bojo o desemprego estrutural. (CARNEIRO, 1998, p. 14).

e o domínio são determinados pela capacidade de geração de conhecimentos aplicados, ou seja, pela produção e pela utilização das novas tecnologias (informática, microeletrônica, robótica, comunicação por satélites, fibras óticas, engenharia genética, química fina, novos materiais etc.). (CARNEIRO, 1998, p. 17).

Com a crise de realização do capital a partir de 1970, que se agravou com a crise do petróleo, as empresas diziam-se famintas por mudanças para dinamizar o mercado, que passa a ser exigente, rápido, sempre em busca de novidades, pois somente um capital ágil poderia satisfazer essas novas demandas. A ordem do dia passa a ser a redefinição constante com a adoção da produção flexível e das políticas neoliberais, em que o trabalho passa a ser de curto prazo, os contratos temporários, episódicos e terceirizados. A estabilidade é trocada pela instabilidade quando as organizações eliminam as camadas de burocracia e procuram se organizar em redes, ou seja, em organizações flexíveis.

As modernas tecnologias, como o computador, substituem as emperradas comunicações postais e telefônicas e os malotes, que passam a se realizar de forma virtual, mas em tempo real. As relações pessoais passam a ser de curto prazo e informais nas instituições modernas.

Se uma organização, nova ou velha, opera como uma estrutura de rede flexível, frouxa, e não com um rígido comando de cima para baixo, a rede também pode afrouxar os laços sociais. O sociólogo Mark Granovetter diz que as redes institucionais modernas se caracterizam pela “força de laços fracos”, com o que quer dizer, em parte, que as formas passageiras de associação são mais úteis às pessoas que as ligações de longo prazo, e, em parte, que fortes laços sociais como a lealdade deixaram de ser atraentes. Esses laços fracos se concretizam no trabalho de equipe, em que a equipe passa de tarefa em tarefa e muda de pessoal no caminho. (SENNETT, 1999, p. 24-25).

Tudo é fluido, superficial, momentâneo e imediato. Os seres humanos excepcionais passam a ser aqueles que correm riscos, sabem trabalhar sua ansiedade e se desenvolvem vivendo no limite. Esta fórmula acrescida da recomendação de não-criação de laços afetivos é conhecida como a “criação destrutiva”, de Joseph S. Chumpeter, ou seja, todas as energias devem ser investidas para a produção do novo. Essa representação é de tal ordem incorporada pelos sujeitos que o risco vai se tornar uma realidade diária, não mais enfrentada pelos capitalistas, pelo Estado, pelas bolsas de valores e pelos banqueiros, mas vivenciada pelas pessoas. A produção e a reprodução do capital tornam-se a produção e a reprodução dos riscos sociais. Para encobrir tal realidade, a ideologia naturaliza o enfrentamento dos riscos diários em fato corriqueiro normal e comum e cria um outro personagem, “o herói do risco”, ou seja, “o mito do herói do risco”.

Os deuses gregos sempre alertaram homens e mulheres que é orgulho e insensatez desafiar demais, arriscar sem limites. O risco no processo histórico sempre foi levado em consideração pelo ser humano como possibilidade de previsão para que o homem pudesse deles se proteger. Na atualidade, constitui estado contínuo de vulnerabilidade do sujeito e todo risco é uma nova experiência que não tem passado nem futuro, só o agora, o presente, o hoje. Correr riscos significa voltar sempre de onde começou, ou seja, da estaca a zero; deve-se começar de novo todos os dias.

São essas as características de personalidades demandadas na produção flexível. Na atualidade as empresas, os meios de comunicação, a educação formal ou informal, tentam moldar os esforços individuais para conformar pessoas que aceitem as incertezas, os riscos, o curtíssimo prazo como a situação ideal de vida.

A produção flexível leva a buracos estruturais de personalidades porque infunde a mudança pela mudança nos indivíduos e grupos. De tal forma, que ninguém quer ficar preso a um mesmo lugar ou a uma pessoa ou às mesmas pessoas. Sennett (1999) alerta que neste contexto tudo é passageiro, as realidades materiais tornam-se abstrações onde o medo da estabilidade passa a ser igual ao da morte, e a vida é igual ao risco, ao agora, ao imponderável, ao dinamismo, ao agir e ao inovar. Formam-se competidores onde uma minoria tem acesso a tudo e uma maioria é excluída.

O “ficar” deve ser compreendido como expressão social da produção flexível. Na realidade, o “ficar” é uma das consequências de manifestações contemporâneas da conformação, formatação e preparação dos jovens para sociabilidade do capital, ou seja, produção e reprodução. O que se deve levar em consideração é que as mudanças nas bases materiais com a produção flexíveis vão definir os sujeitos sociais, que, além de estarem no “ficar”, vivenciando a sua sexualidade e afetividade, o fazem de modo superficial, cujas relações são de curtíssimos prazos, e poderemos dizer que muitas até no limite, pois nem mesmo se quer saber o nome das pessoas nesse encontro/desencontro. Entretanto, o nome que nomeia, que diz de cada um, é “insignificante”.

O “ficar” faz parte da conformação do novo caráter produzido pela produção flexível, onde tudo é passageiro, efêmero, arriscado, curto, instável, mutante, inclusive as relações afetivas. Não se pensa mais em relações, mas em contatos de curta duração, como os contratos de trabalho precários, que, diante da sua instabilidade, não propiciam condições aos jovens de qualquer tipo de assunção de responsabilidade, nem mesmo em médio prazo, o que dirá em longo prazo. Na atualidade, os/as jovens apostam

no futuro, porque a sociabilidade do capital na produção flexível minou as possibilidades das relações de longo prazo, de confiança, tolerância, lealdade, fidelidade, afeto e amor.

É indispensável compreendermos que na produção flexível o desemprego torna-se estrutural porque quanto mais avançam as novas tecnologias, maior é o crescimento dos excluídos. Os/as jovens e os/as acima de 45 anos fazem parte da faixa etária com maior dificuldade de encontrar trabalho.

Neste contexto, a ideologia do individualismo, da juventude que alicerça o “herói do risco”, oculta a formatação dos sujeitos para que acreditem e interiorizem a positividade da exigência do mercado de novas competências (abstração, participação, criatividade, iniciativa, trabalho em equipe, capacidade de correr riscos, enfrentar desafios, neutralidade afetiva, facilidade de adaptação a situações cambiantes, polivalência e educação continuada), naturalizando o desemprego, os baixos salários, o fracasso como um problema individual de falta de preparo e competência do próprio sujeito que deve responsabilizar-se por tais consequências.

Os particulares objetivos da acumulação de capital na produção flexível são interiorizados no imaginário dos sujeitos e principalmente dos jovens como um comportamento coletivo construído por eles mesmos, comum e natural da adolescência como o “ficar”, ocultando a verdadeira lógica da exclusão da maioria, que não estabelece relações afetivas e sexuais de longo prazo, por total impossibilidade de assumir responsabilidades financeiras. Neste contexto, as mulheres que também têm que adiar o relacionamento afetivo e sexual de responsabilidade, mas que biologicamente têm um tempo determinado para reprodução, são as mais afetadas pela lógica de reprodução do capital.

Se por um lado o “ficar” possibilita vivenciar, expressar a sexualidade como uma forma social de aprendizado, por outro, não podemos nos esquecer de que esse fato social inscreve-se, também, na formatação da afetividade, do caráter e das competências dos jovens na atualidade, para aceitar, como Creonte, passivamente, a organização da produção flexível e da exclusão da maioria.



Prof.ª Dr.ª Lucia Rincon



Prof.ª Dr.ª Maria
Esperança F. Carneiro



Prof.ª Dr.ª Teresa
Cristina Barbo Siqueira

As autoras são professoras e pesquisadoras no Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado e Doutorado da PUC Goiás e membros do grupo de pesquisa que produziu este e vários artigos e do qual participavam ainda a Profa. Ms. Nilva Maria Gomes Coelho, o Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito e vários/as alunas/os bolsistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. (Org.) Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos, 1997.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: BORON, A.; SADER, E. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução Roberto Raposo; posfácio Celso Lafer. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1991.

CARNEIRO, M. E. F. Os técnicos de 2º grau frente à reconversão produtiva. São Paulo: PUC, 1998, 214 p.

CHAUÍ, M. Ideologia e educação. In: CHAUÍ, M. Educador = Trabalhador. Rio de Janeiro: Cortez, 1979. (Educação e Sociedade, 5).

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Felix. O anti-Édipo – capitalismo e esquizofrenia. Tradução Joana morais Varela e Manuel Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim, 1966.

KEHL, Maria Rita. A psicanálise e o domínio das paixões. In: CARDOSO, Sergio e outros. Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAPLANCE, Jean. Vocabulário da psicanálise; sob a direção de Daniel Lagance. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. 17 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, J. L. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Jr., J. R. Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC. São Paulo: Xamã, 2002.

SÓFOCLES. Édipo Rei. Porte Alegre: L&PM, 1998.

WOLFE, T. Ficar ou não ficar. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Solidão? Que nada!

Os idosos do Brasil reinventam sua própria história e preferem viver sozinhos a ocupar um cômodo na casa de parentes. Agora, eles primam pela autonomia

Por Katia Maia

Conceição Augusta, Maria Carmencita e Maria Isabel, três senhoras com mais de 70 anos que não se conhecem, mas têm em comum algo que cada vez mais se torna realidade no Brasil: são idosas que moram sozinhas.

Nos últimos 20 anos, o número de pessoas com mais de 60 anos que vivem só triplicou no Brasil. Entre 1992 e 2012, esse contingente passou de 1,1 milhão para 3,7 milhões – um aumento de 215%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo período, a população de idosos passou de 11,4 milhões para 24,8 milhões, um crescimento de 117%.

“Eu sempre digo que é muito mais fácil envelhecer hoje no Brasil do que há 30 anos”, avalia o médico carioca Alexandre Kalache. Ele, que

é ex-diretor dos programas de envelhecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), estuda assunto há mais de 30 anos.

Realidade nova – Segundo Kalache, a mudança de perfil entre os idosos no Brasil está muito ligada à autonomia que essa parcela da população tem adquirido ao longo dos anos. Ele conta que, há 20 anos, participou de um estudo para avaliar as condições de vida do idoso no município de São Paulo. A pesquisa foi feita entre a Universidade de Londres e a Universidade de São Paulo (USP), e foi constatado que entre as pessoas com maior índice de depressão estavam as mulheres idosas que iam morar na casa de parentes por falta de opção de um lugar para ficar.

“O que a gente encontrou naquela época foi uma espécie de inferno astral. Elas diziam que eram as últimas

a ser ouvidas ou a opinar sobre o que acontecia na casa”, lembra.

O número de mulheres que trabalham no Brasil cresceu significativamente, substituindo uma realidade que antes era, em sua maioria, composta por donas de casa. Conceição, de 82 anos, faz parte de uma geração que cedo se lançou no mercado de trabalho.

“Eu me formei em pedagogia quando era mais jovem, até que decidi vir para Brasília. Aqui, fiz outro curso superior (administração). Trabalhei como pedagoga até perto dos 40 anos e, depois disso, fiquei somente na administração pública federal, no ministério da Fazenda, para onde fiz concurso e passei”, explica. Foi justamente quando veio um interesse maior por viagens e passeios: “Aí, eu mudei um pouco o meu perfil. Fui para a Europa, Ásia, África. Se tinha

uma área que eu gostaria de conhecer, eu me engajava num grupo e ia para lá. Ficava um mês passeando, conhecia a região, incorporava a cultura e depois voltava”.

Longevidade – Com o aumento da expectativa de vida do brasileiro, deslocou-se também a faixa de pessoas que sucumbiam à velhice e adotavam o perfil do vovô ou da vovó que ficava em casa tricotando ou cuidando dos netos. Hoje, quem tem mais de 60 anos, certamente, é bem diferente dos avós de antigamente e, na definição de Kalache, há uma geração de *baby boomers* bastante atuante.

Os *baby boomers*, segundo ele, são pessoas que já passaram dos 60 anos, marcaram cada etapa da sua vida com grandes feitos e acompanharam, de perto, transformações como a emancipação da mulher. “Essa geração se reinventa para uma nova fase: a gerontolescência”, disse o médico.

O termo, criado por Kalache, define a transição da fase adulta para a longevidade e faz parte de uma “geração que vem principalmente para lutar pelos seus direitos e não envelhecer de forma pacífica”, explica.

De acordo com ele, a gerontolescência é formada por pessoas da geração *baby boomers* que conseguem, na velhice, viver com qualidade de vida.

Apoio – Maria Carmencita de Carvalho Marques tem 74 anos e há cinco meses mora sozinha – depois que sua filha caçula, de 34 anos, conseguiu comprar um apartamento e saiu de casa. “Pensa que eu fiquei deprimida? Nem pensar!”, rebate.

Ela conta que optou por manter sua autonomia. Maria Carmencita mora na cidade de Taguatinga, a 20 km de Brasília, e até hoje trabalha.

Dona de uma banca de jornal, conta que o negócio foi o seu sustento a vida toda e agora é o seu passatempo.

“Minha banca só fecha em 25 de dezembro e primeiro de janeiro. Mesmo assim, nesses dias faço o café, pego o carro, vou lá, dou uma olhada, abro, pego o jornal e volto. Não posso ficar sem o jornal”, contou. Para ela, o segredo de estar só, mas bem, é manter a mente ocupada.

Apesar de tanta positividade, ela sabe que morar sozinha requer alguns cuidados e tem sempre à mão o telefone dos filhos – que moram próximo – e de um serviço de atendimento de emergência. “Minha filha espalhou pela casa toda o número da UTI Móvel para que eu possa ligar a qualquer momento”, explicou.

O cuidado com o bem-estar e a saúde são preocupações que devem ser levadas em conta quando o idoso decide morar sozinho. Junto com a autonomia para fazer o que quer vem também a necessidade de ter um bom esquema de ajuda em caso de urgência.

Copacabana – Nesse contexto, surge a importância de personagens como vizinhos e, na maioria das vezes, os porteiros. Eles são considerados os melhores amigos dos idosos, segundo levantamento feito no bairro brasileiro considerado o mais “idoso” do país.

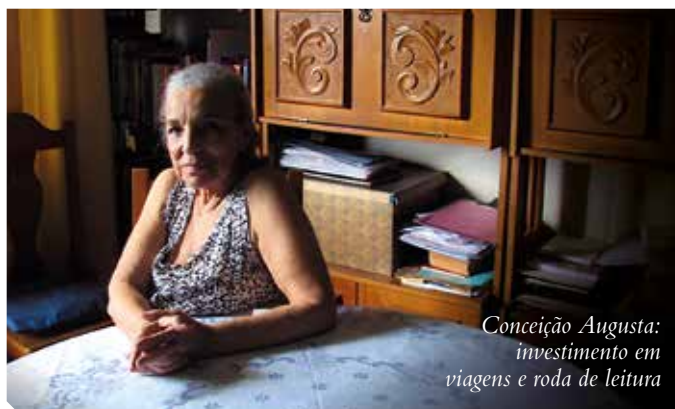
No Rio de Janeiro, Copacabana é conhecida como a capital do envelhecimento. Concentra o maior número absoluto de idosos entre os bairros do Brasil: mais de 43 mil moradores com 60 anos ou mais, quase um

terço da população, segundo dados do IBGE.

Maria Isabel da Silva, de 83 anos, sempre morou em Copacabana e, até hoje, frequenta as mesmas ruas que costumava desde a adolescência. Ela, que começou a trabalhar bem cedo, foi funcionária dos Correios, se casou, depois ficou viúva e, em Copacabana, viu a “velhice chegar, sem que isso signifique uma vida inerte”, como ela mesma diz.

Ela conta que nunca aconteceu com ela, mas que já viu amigas suas serem prontamente socorridas porque o porteiro do prédio soube ajudar e atender ao pedido de auxílio rapidamente. “O porteiro do meu prédio tem, inclusive, a lista de telefones úteis de cada idoso que mora aqui. Ele é o nosso anjo da guarda e liga depressa para um parente ou mesmo para o serviço de emergência se for preciso”, afirmou.

Kalache explicou que já existe um programa de treinamento para os porteiros. O curso oferece conhecimentos de primeiros-socorros e prevenção de acidentes e tem o objetivo de aprimorar o que alguns já fazem informalmente. O curso foi desenvolvido pelo Senac Rio, sob a sua orientação, “já que envelhecer é um processo e, agora que a vida das pessoas se tornou mais longa, a sociedade precisa responder com medidas práticas”, disse.



Conceição Augusta:
investimento em
viagens e roda de leitura

Filha de mestra, professora é!

O entusiasmo para ensinar ainda motiva e inspira filhas e netas a dar continuidade à missão de educar



Arquivos de família

Marivani entre a mãe e a filha: três gerações de professoras. Família unida pelo desejo de ensinar

Em um país onde a educação luta por melhores condições de trabalho para educadores e menos de um por cento das escolas, 0,6%, apresenta uma infraestrutura considerada ideal – com sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, parque infantil, além de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades especiais – ser professor é ter a certeza do desafio que se tem pela frente.

Mas, apesar das adversidades viáveis e dos obstáculos inerentes à condição da educação brasileira, verdadeiras famílias de professores ainda se formam no país. São gerações de mestres que passam de pai para filho e confirmam que também no magistério, o talento é uma herança.

É o caso de Silvana Maria de Oliveira e Silva, 56 anos, professora há vinte anos. Ela cresceu entre educadores. “Minha mãe era professora, tenho uma irmã que foi professora universitária, outra que é orientadora e dois filhos (um menino e uma menina) que também seguiram a carreira”, diz.

Ela mora em Fortaleza, mas dá aulas em Maracanaú, cidade a 33 quilômetros da capital cearense. Professora da Educação de Jovens e Adultos, EJA, contratada pela rede municipal, Silvana também trabalha na capital para a Secretaria Estadual, como coordenadora do Programa Mais Educação, que amplia a jornada escolar nas escolas públicas para no mínimo 7 horas diárias, na construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino.

“Ter tanta gente professora na minha família contribuiu para a minha escolha. Quando era pequena, eu brincava de ensinar e via o trabalho de minha mãe e meus irmãos, que

sempre se envolveram muito com a educação. Eu via que eles faziam a diferença”, recorda-se.

No Amazonas, Heliad Batista de Lima compartilha da visão, do sonho e da escolha de Silvana. Ela também é filha de professora e relata que escolheu a mesma profissão da mãe “pelo esforço dela e pelo carinho que tinha de seus alunos. Aquilo me chamava a atenção na adolescência”, conta.

Heliad tem 33 anos e hoje é professora do Ensino Fundamental e Médio na cidade de Apuí, no sul do estado. Ela tinha quase 17 anos quando decidiu-se pela carreira do magistério. “Foi pela necessidade do município, que na época não tinha muitos professores. Como eu era muito jovem, achava interessante. Mas, admito, minha mãe influenciou muito”, disse.

Mãe de duas moças e um rapaz, ela lamenta que nenhum deles tenha se manifestado pela carreira de professor. Mas entende, porque ouve deles a reclamação de que a sua profissão é muito desgastante e sofrida: “A minha filha mais nova sempre diz que não quer ser professora porque vê que é muito cansativo e que eu vivo mais na escola do que em casa”, explica.

No outro extremo do país, na cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, Marivani Faccin Preischart,

“Foi pela necessidade do município, que na época não tinha muitos professores. Como eu era muito jovem, achava interessante. Mas, admito, minha mãe influenciou muito”

Heliad Batista de Lima



Arquivo de família

Heliad e sua mãe: o desafio de se formar e ensinar no Amazonas



Arquivo de família

Silvana: orgulhosa com os filhos companheiros de profissão

de 47 anos, viu a profissão de mestre atravessar gerações. Ela é filha e mãe de professoras.

“A minha mãe começou em 1964, no interior, em Juruá, RS. Foi daquelas educadoras rurais, era professora e diretora. O sonho dela era morar na cidade para que a gente conseguisse continuar os estudos”, relembra.

Marivani cresceu vendo a mãe professora e agora orgulha-se de ter sua filha na mesma profissão dela e da avó. “A minha filha se criou nesse ambiente. Devagarinho fui conhecendo o perfil dela e no meu íntimo de mãe fiquei bem feliz quando percebi que ela seguiria por esse caminho”, orgulha-se.

Apesar de todas as dificuldades, relatadas e mencionadas por todas as personagens dessa matéria, nenhuma delas se arrepende da escolha. Para essas mulheres, mães, filhas e professoras, a educação vale a pena mesmo quando os números demonstram que a maior parte das escolas brasileiras (84,5%) apresenta uma estrutura elementar ou básica.

O estudo divulgado no ano passado foi feito pelos pesquisadores Joaquim José Soares Neto, Girlene Ribeiro de Jesus e Camila Akemi Karino, da Universidade de Brasília (UnB), e Dalton Francisco de Andrade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e foi intitulado “Uma escala para medir a infraestrutura escolar”.

Outra razão para desistir seria a questão salarial. A valorização da carreira é uma das lutas da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), que hoje enfrenta, por exemplo, o não cumprimento da Lei do Piso.

O presidente Roberto Franklin de Leão reforça que a categoria merece mais respeito: “Defendemos a escola pública de qualidade socialmente referenciada. Os educadores exigem o cumprimento da lei do piso, precisam de carreira e jornada. Os royalties de petróleo devem ser aplicados

na valorização da categoria e 10% do PIB têm de ser investidos na escola pública, que é a grande escola brasileira. Mas para sair da situação em que se encontra, o Estado deve financiar essa escola e dar condições para que seja uma escola de qualidade”.

Apesar de todo o contexto, quem nasceu para ensinar não cansa de aprender e não abre mão da gratificante responsabili-

dade de mudar o mundo: “Vale investir em ser professor até pelo valor que tem a profissão. Sabemos dessa importância. Tudo começa pela educação da mais simples profissão até a mais complexa”, explica Marivani.

Certeza que Heliáid também descreve com suas palavras: “eu não escolheria outra profissão”. E Silvana resume em um sentimento: “Você sabe que ali você faz a diferença”.

“A minha filha se criou nesse ambiente. Devagarinho fui conhecendo o perfil dela e no meu íntimo de mãe fiquei bem feliz quando percebi que ela seguiria por esse caminho”

Marivani Faccin Preishardt

Da militância sindical ao Senado Federal – Uma experiência política



Fátima Cleide

Diretora da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação do PT, senadora da República (2003-2010) e ex-dirigente da CNTE

Ao ser convidada para contribuir com esta edição da Revista *Mátria*, imediatamente me senti tentada a refletir sobre as políticas públicas de igualdade de gênero e acerca da participação das mulheres na política. Minhas reflexões me levaram a observar dados que constata, por um lado, o avanço da promoção de políticas públicas para a igualdade de gênero, realizadas na última década pelo Governo Federal e, por outro, a perceber a lentidão dos resultados destas políticas públicas sobre a vida das mulheres brasileiras, o que tem contribuído para a persistência das desigualdades, principalmente no que se refere à participação das mulheres na política.

Ato contínuo, imaginei que poderia ser repetitiva, pois outras militantes do movimento social, especialmente do feminismo, ou pesquisadoras do tema na academia, poderiam estar a refletir sobre esta temática em seus artigos. Assim, sem perder de vista a importância deste foco, optei por usar este espaço para fazer um breve relato sobre a experiência que a vida me proporcionou como mulher, militante sindical, trabalhadora em educação, funcionária de escola, dirigente partidária e como parlamentar.

Todas e todos nós, que lutamos por justiça social, igualdade entre as pessoas e por uma sociedade livre de preconceitos e discriminações, estamos cansados de saber que vivemos em uma sociedade onde o machismo ocupa lugar privilegiado nos espaços de poder.

Como podemos fazer o enfrentamento de atitudes machistas, que perseguem as mulheres, especialmente aquelas que ousam compartilhar espaços de decisão e de direção, que são essencialmente, espaços de poder?

Atitudes que, a olhos nus de conhecimento, entendem como natural o assédio moral, praticado com o fito de desqualificar e impedir a atuação das mulheres no espaço público.

Este ainda é, sem dúvidas, o nosso grande desafio. Um desafio que se torna mais importante na medida em que nos dirigimos a uma categoria, a de trabalhadoras/es em Educação, cuja composição na base é majoritariamente feminina.

Um breve olhar sobre a composição das direções de nossas entidades sindicais de base nos mostrará o quanto ainda estamos distantes da superação da desigualdade a que nos referimos. Por isso, cabe, antes de tudo, entender que esta desigualdade é cultural. Isto significa reconhecer que o machismo determina e naturaliza a separação dos espaços entre homens e mulheres. Desta forma, o espaço público é destinado aos homens e o privado/doméstico, é reservado às mulheres.

Esta cultura tem de ser combatida com ações estratégicas dos movimentos sociais, mas, principalmente, do Poder Público, que deve, cada vez mais, adotar políticas públicas voltadas a “desnaturalizar” a desigualdade de gênero e a promover mudanças de hábitos e atitudes que vão desde a divisão do trabalho doméstico até a ampliação da participação das mulheres na política.

Neste aspecto, a educação cumpre importante papel. É na escola, primeiro espaço público de socialização do indivíduo, que, infelizmente, ainda assistimos a reprodução do modelo patriarcal, onde todo poder é dado ao macho da espécie humana. Assim, meninos e meninas crescem reproduzindo, como natural, os papéis sociais, secularmente ensinados.

Estamos cansados de saber que vivemos em uma sociedade onde o machismo ocupa lugar privilegiado nos espaços de poder

Como resultado, temos uma sociedade onde, apesar de serem metade da sociedade – além de mãe, tia, avó e irmã da outra metade – as mulheres são minoria na ocupação dos espaços de poder e de decisão. São trabalhadoras do campo e da cidade, economicamente ativas e com os melhores índices de escolaridade. No entanto, são obrigadas a comprovar sua competência para se tornarem representantes políticas. Atualmente, as mulheres estão presentes na direção de entidades do movimento social e sindical, em empresas particulares e nos poderes instituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas é baixíssimo o percentual de mulheres que ocupam cargos superiores, apesar dos avanços recentes nesta questão.

No movimento social, entre as que conseguem ocupar espaços de direção, poucas alcançam cargos importantes como Presidência ou Finanças de sua entidade. Embora os números atuais sejam mais expressivos que os de décadas passadas, persistem as diferenças. Da mesma forma, dificuldades se impõem para aquelas que almejam representar a sociedade no Poder, seja no Executivo ou no Legislativo.

No Congresso Nacional, por exemplo, que é formado por 513 deputados federais e 81 senadores, estamos subrepresentadas, na ordem de 8,6%; o que coloca o Brasil na 156ª posição entre os 188 países pesquisados pela União Interparlamentar (IPU). Mas vergonhoso é sabermos que ficamos em 30º lugar entre 34 países do continente, no tocante à participação feminina no Parlamento brasileiro. Consequentemente, muito menos mulheres ocupam lugar de presidência de comissões importantes, como Constituição e Justiça e Assuntos Econômicos.

No exercício do mandato parlamentar, são as mulheres que mais se envolvem com temas da área social como educação, saúde, criança e adolescente etc. A bem da verdade, os temas voltados ao combate às vulnerabilidades sociais são os que mais contam com a participação das mulheres. Por exemplo, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes no país, no período de 2004/2005, apenas as parlamentares estavam presentes nas reuniões, missões de investigação, audiências e oitivas realizadas. Em contrapartida, fazendo prevalecer o machismo, no momento final de apreciação do relatório desta comissão, ficou visível a presença masculina, que atuou com muita força e

ênfase, para excluir autoridades do indiciamento proposto por esta CPMI.

Como senadora, tive a honra de presidir a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, no ano de 2010, e fiquei surpresa ao tomar conhecimento de que fui a primeira mulher eleita presidente daquela comissão em toda a história, de quase 190 anos, do Senado Federal. Esta eleição, cercada de muitas dificuldades, assim como a posse, ocorreu em um clima de disputa, cuja resolução, que demorou semanas, foi levada à discussão no Plenário da Casa. Se a educação é uma atividade desenvolvida majoritariamente por mulheres, e se tantas mulheres envolvidas com esta atividade passaram pela casa nas últimas décadas, qual a razão para que nenhuma tenha assumido este cargo, anteriormente?

Fato é que, apesar de todas as dificuldades – de falta de recursos financeiros e de cruel preconceito – enfrentadas pelas mulheres, a presença feminina nos espaços de poder é uma experiência que tem contribuído para qualificar, dignificar e elevar a política. O maior exemplo é o fato de termos hoje na Presidência da República uma mulher, com uma trajetória de luta pela democracia, que vem consolidando as conquistas sociais do povo brasileiro. Este fato histórico simboliza o avanço da luta feminista em nosso país. Porém, precisamos avançar cada

vez mais, na promoção de ações que busquem acelerar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho, na vida e na política.

No movimento social e sindical, o desafio neste momento passa pela implantação da paridade nas direções de entidades, celeiro de formação de quadros femininos. No campo da política, o desafio é garantirmos mudanças profundas no sistema político eleitoral brasileiro. Uma reforma política, que possibilite o financiamento público de campanha para garantir um mínimo de igualdade entre as candidaturas, é um mais importante passo para garantirmos a ampliação do número de mulheres no Parlamento e no Executivo; espaços estes onde o poder de decisão pode avançar ou atrasar a vida de todas e todos.

Estas são tarefas urgentes, que se colocam para aquelas pessoas que acreditam que justiça social e paz se constroem com homens e mulheres caminhando e lutando por um mundo futuro no qual o preconceito, a discriminação e o machismo sejam “coisas do passado”.

Os temas voltados ao combate às vulnerabilidades sociais são os que mais contam com a participação das mulheres



A jovem Aracy de Carvalho em foto tirada em São Paulo, onde cresceu e casou-se com o primeiro marido, Johann Von Tess. Da união nasceu Eduardo, único filho de Aracy

Aracy de Carvalho: a brasileira que desafiou Hitler

Por Ana Luiza Leal
Fotos: Arquivo de família

A extraordinária história da funcionária do consulado brasileiro na Alemanha que arriscou a vida para salvar dezenas de judeus na Segunda Guerra Mundial

Parece história de filme, mas aconteceu de verdade. Na década de 1930, uma jovem brasileira, cansada das bebedeiras e traições do marido, embarcou em São Paulo com o filho de 5 anos num navio para a Alemanha para buscar uma segunda chance na vida. Chegando lá conseguiu emprego no consulado brasileiro na cidade de Hamburgo. Como chefe da seção de passaportes, entrou para a história por salvar dezenas de judeus perseguidos pelo regime nazista de Adolf Hitler em plena Segunda Guerra Mundial. Ela tinha certeza de que acabaria morta se fosse descoberta, mas mesmo assim levou adiante o plano de enganar os governos alemão e brasileiro para facilitar a fuga das vítimas. Podia ter acabado em tragédia, porém ninguém desconfiou que a bela morena tinha talento para a clandestinidade. E, como todo final feliz tem beijo, ela também encontrou um grande amor, com quem voltou para o Brasil. Aracy Moebius de Carvalho virou heroína de guerra, reverenciada pelo povo judeu até hoje.

Surpreendentemente, Aracy nunca levou muito a sério esse papo de heroína. Não gostava de se vangloriar. “A família soube da história quando um grupo de judeus nos procurou, já no começo da década de 1980, para dizer que ela seria homenageada pelo governo de Israel”, afirma o advogado Eduardo Tess Filho, mais velho dos três netos de Aracy. “Ela só dizia que tinha feito a coisa certa. Não importa a religião -- somos todos cidadãos”. Aracy, que ficou conhecida como Anjo de Hamburgo, é a única mulher citada no Museu do Holocausto de Jerusalém como um dos 18 diplomatas que ajudaram a salvar judeus. Dos nove milhões de judeus que moravam na Europa, seis milhões foram assassinados no governo de Hitler. Aracy morreu em 2011, aos 102 anos, em São Paulo. Católica, frequentava a igreja toda semana.



Durante a Segunda Guerra Mundial, Aracy de Carvalho trabalhou no consulado brasileiro em Hamburgo, na Alemanha, como chefe da seção de passaportes

História

Paranaense criada em São Paulo, Aracy de Carvalho era filha de mãe alemã e pai português. Eles tinham um bom padrão de vida e conseguiram mandar a jovem para estudar por alguns anos na Suíça. Na volta, Aracy casou-se com Johann von Tess, também de família alemã, com quem teve o filho Eduardo (hoje com 84 anos). O estilo festeiro de Tess bateu de frente com a personalidade forte de Aracy, que pediu o divórcio cinco anos depois -- decisão ousada na época. Mulheres desquitadas eram mal vistas e penavam para encontrar emprego num mercado de trabalho dominado pelos homens. Então, com o intuito de fugir do ex-marido e das fofocas, ela mudou-se com o filho em 1934 -- ano em que Hitler se tornou ditador -- para a casa dos tios em Hamburgo, na Alemanha, onde dois anos depois conseguiu o emprego no consulado.

Não demorou para que Aracy percebesse algo errado no ar. Embora não tivesse ligação com o judaísmo, ela testemunhou as humilhações que os judeus passaram a ser vítimas -- saques às casas das famílias e espancamentos no meio da rua, até mesmo de idosos, eram frequentes. Famílias começaram a ser separadas por viagens quase sempre sem volta a campos de concentração. Para o povo judeu só havia uma opção: deixar a Alemanha. Milhares de judeus de norte a sul do país passaram a bater na porta de embaixadas e consulados em busca de vistos de viagem. Porém, todos os países colocaram barreiras para recebê-los, inclusive o Brasil.

Como responsável pela seção de passaportes do consulado brasileiro em Hamburgo, Aracy ouviu muitas histórias de famílias determinadas a largar tudo para recomeçar a vida do zero em outro país. Como na maioria dos casos a lei a impedia de ajudá-las, Aracy resolveu fazer do seu jeito. O coração falou mais alto que o medo das autoridades -- inclusive do próprio chefe, o cônsul Joaquim Ribeiro, que nunca soube das atividades clandestinas. "Ela levava uma pilha de papéis para o cônsul todo dia. Colocava folhas em branco no meio e dizia que aquilo era para depois lançar despesas administrativas. Ele assinava sem saber", diz a cineasta Sophia Tess, bisneta de Aracy. Aracy conseguiu emitir passaportes sem o J de judeu na capa -- ou seja, judeus embarcaram para o Brasil como turistas alemães. Para quem vinha de outras partes da Alemanha pedir ajuda, ela forjava comprovantes de residência em Hamburgo. Além disso, pelo menos em uma ocasião, entrou no navio ancorado que seguiria para o Brasil para esconder joias e outros pertences de judeus que acabariam confiscados por oficiais nazistas no embarque. Também escondeu pessoas no consulado e no seu próprio carro. Calcula-se que ela tenha ajudado até 100 pessoas.



Aracy já de volta ao Brasil, nos anos 1950, trocou São Paulo pelo Rio de Janeiro



Aracy e o escritor João Guimarães Rosa, seu segundo marido, não tiveram filhos juntos, mas viviam rodeados por gatos no apartamento do Rio



Aracy morou de 1934 a 1942 em Hamburgo, na Alemanha, onde tinha familiares

Musa de Guimarães Rosa

Trabalhando no consulado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, Aracy tornou-se heroína de guerra -- mas também encontrou um grande amor. Em 1938, mudou-se para Hamburgo o mineiro João Guimarães Rosa, um dos mais importantes escritores brasileiros. Duas décadas depois ele lançaria o célebre romance *Grande Sertão: Veredas*, dedicado a “Ara”, apelido de Aracy. Separado da primeira esposa, com quem teve duas filhas, Rosa foi trabalhar como cônsul adjunto (um degrau abaixo do cônsul geral), onde conheceu a corajosa morena. Foi uma paixão fulminante. Um trecho de uma carta de Rosa à amada dá uma ideia da temperatura: “Antes e depois, beijar, longamente, a tua boquinha. Essa tua boca sensual e perversamente bonita, expressiva, quente, sabida, sabidíssima, suavíssima, ousada, ávida, requintada, ‘raffinierte’ (‘refinada’ em alemão), gulosa, pecadora, especialista, perfumada, gostosa, tão gostosa como você toda inteira, meu anjo de Aracy bonita, muito minha, dona do meu coração”. Poesia em estado de ebulição.

Rosa e Aracy se casaram em 1940. A família dela conta que Rosa sabia das atividades da mulher, mas que escolheu não se envolver. “Ela dizia que Rosa era medroso”, afirma o neto Eduardo Tess Filho. Os nazistas chegaram a investigar Rosa, em vão. Por sorte, Aracy passou despercebida. Dois anos depois, com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha por conta dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, o casal se mudou para o Rio com o filho de Aracy. Uma rotina bem menos emocionante a aguardava, de assistente de Rosa. Ela leu cada linha que o marido escreveu até a morte dele em 1967, aos 59 anos -- três dias depois de tomar posse na Academia Brasileira de Letras. Viúva, Aracy não trabalhou mais. Mas já no ano seguinte voltou a mostrar sua veia heróica.

Corajosa até na ditadura

Em uma noite histórica de 1968, o artista paraibano Geraldo Vandré cantou a música Para Não Dizer Que Não Falei das Flores – dos versos “Caminhando e cantando, e seguindo a canção. Somos todos iguais, braços dados ou não” – para milhares de pessoas no Rio de Janeiro. A canção se tornou o hino de resistência à ditadura militar. Logo após a apresentação, Vandré escapou de ser preso e foi acolhido na madrugada por Aracy, amiga da tia do cantor. A ideia era que ele passasse uma semana com a viúva, mas a estadia durou três meses. A sexagenária Aracy acionou os netos adolescentes durante as férias escolares para monitorar qualquer movimento suspeito de homens fardados na rua. Quando a situação acalmou, Vandré partiu para o exílio no Chile. Bater de frente contra Hitler, Getúlio Vargas e o regime militar que se instalou em 1964 é para muito poucos – Aracy de Carvalho foi, de fato, uma mulher de fibra. Um exemplo a ser seguido e uma história a ser contada.



Aracy no apartamento do Rio, onde acolheu o cantor Geraldo Vandré em 1968, perseguido pela ditadura

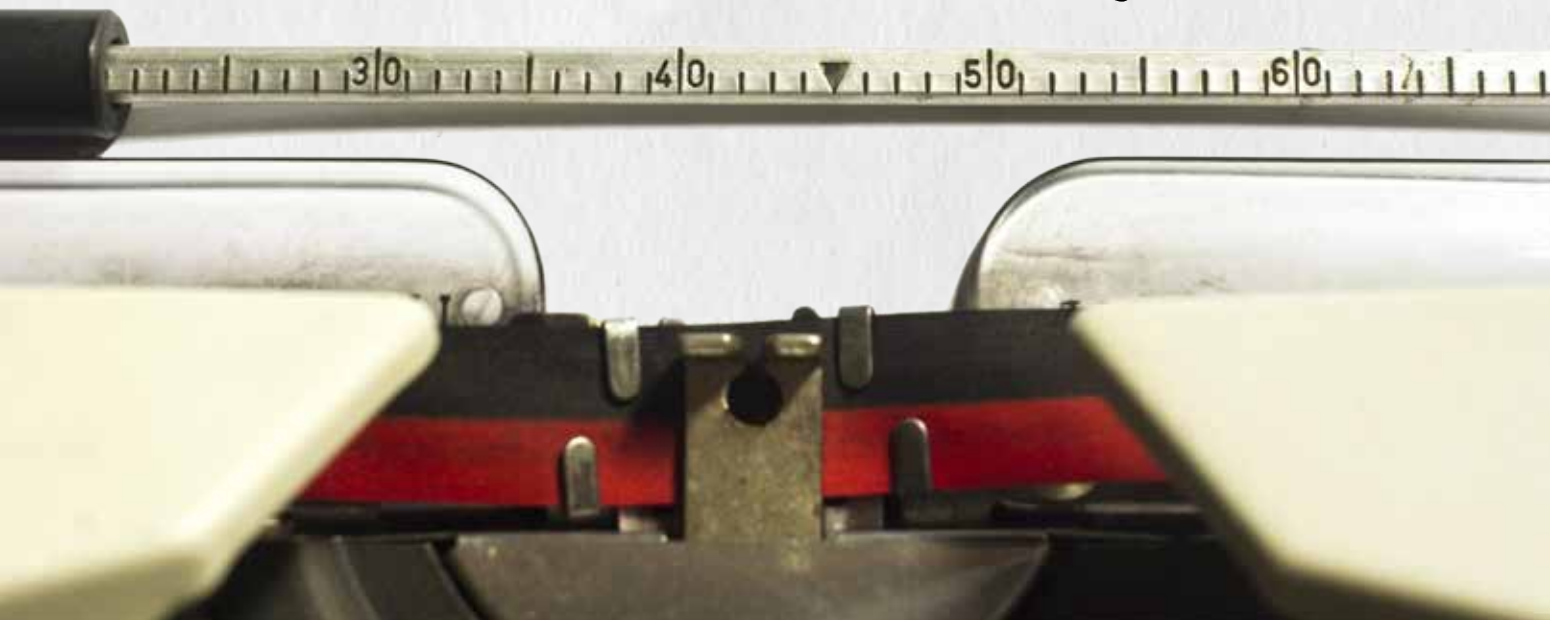


No Rio, Aracy se tornou assistente de Rosa



Aracy e o escritor Guimarães Rosa quando começaram a namorar na Alemanha

A tortura física era só o começo



Por Katia Maia



Durante a ditadura, as mulheres militantes presas foram brutalmente torturadas. Mas os espancamentos e choques eram apenas uma parte do terror pelo qual passaram nas dependências militares. Além de estupradas, tinham de enfrentar uma tortura pior, psicológica, envolvendo o que há de mais virtuoso: a maternidade. “Esse dia foi terrível, se eu não enlouqueci, não enlouqueço nunca mais”. A frase dita por Gilse Consenza reflete o que significou a tortura para centenas de mulheres que, na época da ditadura, caíram nas mãos do regime militar.

Gilse é uma sobrevivente da ditadura e o dia ao qual ela se refere, no trecho ao lado, remete ao fim da década de 60, quando estava presa e, cansados de torturá-la fisicamente, os militares resolveram enveredar pela tortura psicológica.

“No meu caso, eles sabiam que eu tinha uma filha e quando viram que a tortura física não me faria falar e nem me dobraria, me levaram para uma noite inteira de interrogatório, me dizendo o que fariam quando pegassem a minha filha, na época com 4 meses. Eles descreviam em detalhes como seria a tortura.” Segundo ela, os militares falavam sobre novas experiências para o avanço da ciência e que estavam cansados de trabalhar em adultos. Descreviam que seria interessante ver quanto tempo a filha dela aguentaria ficar sem comer.

“Vamos colocar a criança numa banheirinha cheia de gelo para marcar também o tempo que ela leva para virar um picolé. Vamos também colocar eletrodos no ouvido para ver o que acontece com os miolos dela.”

Esse tipo de tortura foi relatada também por Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. “Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela.

“Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade”.



Arquivo de família

Gilse: na clandestinidade no Ceará, em 1975

"Vamos colocar a criança numa banheirinha cheia de gelo para marcar também o tempo que ela leva para virar um picolé"

As palavras da ministra se assemelham, e muito, às de Gilse. Ela se recorda que a testavam quando entravam na sala em que estava para anunciar que já haviam localizado sua filha e brevemente ela estaria lá para sofrer as experiências, que transformariam a criança em um monstro e que a culpa seria dela.

Nesses momentos, pedia a si mesma para enlouquecer rapidamente, mas mantinha a consciência de que não poderia abrir a boca porque, se falasse, poderiam repetir os métodos com as outras.

A tortura psicológica durou por várias horas até o momento em que, segundo Gilse, ela começou a raciocinar que os torturadores tinham meios e recursos para trazer sua filha imediatamente caso a tivessem localizado. Então ela disse que era um blefe.

Nesse momento, Gilse conta que o militar avançou em sua direção e começou a esmurrá-la. Esse ódio, para ela, provou que estava com razão. Depois, sem conseguirem

nada, ela foi chamada juntamente com outras quatro mulheres presas em Minas Gerais. Gilse disse que ouviu do coronel responsável pela área o que jamais imaginaria ouvir de um torturador: “Quero dizer às senhoras que vocês são perigosas, inimigas do Brasil, comunistas, mas as admiro pela a coragem e força. Eu queria ter sob o meu comando no Exército pessoas com a força de vocês”, recorda-se.

Hoje com 70 anos, na década de 70 Gilse era uma jovem formada em Serviço Social, morando em Belo Horizonte e que caiu nas mãos da ditadura. “Ao defendermos a independência, a soberania nacional com direitos sociais e avanços na democracia éramos considerados inimigos”, lamenta.

Sua história, juntamente com a de outras jovens mineiras, está relatada em um livro: *As Moças de Minas*, de Luíz Manfredini.

O próprio autor as descreve como “moças da ação popular, clandestina e revolucionária, que não partiu para a luta armada nos moldes de outras organizações, mas optou em transferir para as fábricas e campo seus militantes, para um trabalho de longo prazo com operários e camponeses, considerados importantes”, disse.

Para ele, a situação vivida por essas moças na época era, em sua essência, recheada de desafios. “Começava pela formação conservadora da sociedade mineira, em que a militância das

mulheres não era bem vista. Elas queriam coisas que não podiam. Então, o primeiro embate era em casa e o segundo era a própria militância em si, que não era fácil. Em minoria, na prisão, as mulheres estavam em situação mais vulnerável”, avalia.

Gilse Consenza conta que mal terminou as provas de conclusão do curso quando foi informada de que estavam prendendo estudantes. Ela soube que havia uma lista de lideran-

parentes são situações que, segundo a deputada Jô Moraes, também impac-taram gravemente a vida das mulheres que lutaram contra a ditadura.

“Isso teve consequências profundas sobre as mulheres na construção de suas famílias, na vida afetiva e amorosa. A gente era obrigada a se separar de nossos companheiros e parentes pelo simples fato de que representávamos um risco para eles”, disse.

A deputada passou dez anos na clandestinidade e se recor-

da que sofreu com a cobrança da própria família. “Meu irmão me dizia que eu lutava tanto pelo povo pobre e deixava a nossa mãe pobre sozinha. Eu respondia que não fui eu que a deixei, mas se eu ficasse, ela não me teria da mesma forma, porque eu seria presa ou morta”, conta.

Gilse tinha 23 anos, era vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC Minas e o namorado, vice-presidente do

DCE da UFMG.

Os dois decidiram que teriam de sumir e se casaram por exigência do pai dela.

“Meu pai disse: comunista já é demais, mas amasiada não dá. Pelo menos se case ante de sumir. Resolvemos casar para satisfazer as duas famílias”,

Gilse entrou para a clandestinidade. Trabalhou como operária na fábrica têxtil Renascença, onde fazia o trabalho de resistência política, sob o nome de Márcia. Nesse período, a



Gilse e as filhas Juliana e Gilda

ças estudantis para serem presas e ela estava nessa lista. Era a única mulher.

“Minha família era muito conservadora e eu, a filha mais velha. Me lembro quando meu pai ficou sabendo da lista, que saiu no jornal, e disse: que vergonha, procurada pela justiça. E você é a única mulher”, conta.

A partir daí, ela não foi nem à colação de grau de seu curso. Saiu imediatamente da casa dos pais. O drama da separação da família e o sofrimento de se ver afastada dos

maioria dos que entravam na resistência era homem e 30% mulheres. E tudo era mais difícil para as mulheres, segundo Gilse, devido à situação de inferioridade presente até mesmo na cabeça dos companheiros de luta.

“Um companheiro, por exemplo, quando saímos de uma passeata onde enfrentamos a polícia com pedrada, me disse: você é um excelente companheiro de luta e dirigente. Imagine se você fosse a única mulher do mundo, eu não poderia me casar. Quem faz tudo o que você faz não é mulher”.

Quando a repressão descobriu que os estudantes tinham migrado para as fábricas – homens para metalúrgica e mulheres para a tecelagem, os militares começaram a ir para a porta dos estabelecimentos com fotografias.

Foi quando Gilse seguiu para o campo, onde se tornou trabalhadora rural. Lá engravidou e, durante o AI 05, teve suas filhas prematuras, pesando um quilo cada.

Uma delas não resistiu e faleceu com um mês. Quando faltavam dez dias para a outra filha completar 4 meses, Gilse foi presa. A solução, ou a falta de opção, foi deixar sua filha com sua Irmã, Gilda, casada na época com o cartunista Henfil.

“Aí foi o terror, começamos a ser espancadas desde o primeiro momento. Nos colocaram na solitária, onde ficamos por três meses, saindo apenas para ser interrogadas sob tortura. Às vezes faziam roda e nos colocavam no meio nuas. E começavam a chutar, dizendo que éramos bola.

Depois começaram a usar as técnicas do choque elétrico, eletrodos nos dedos do pé, nas mãos, na vagina. Colocavam a gente descalça em pé em cima de latinhas abertas. Se perdêssemos o equilíbrio e caíssemos, o metal penetrava a vagina.

Tinha ainda o telefone, os tapas nos ouvidos e o pau de arara. Penduravam a gente de cabeça para baixo e faziam combinação de vários de tipos de tortura. Eles colocavam eletrodos ou espancavam as plantas dos pés e nádegas com cassetetes com pontinhas perfurantes. A tortura física, sexual, não cessava: manipulação do nosso corpo e estupro”, relata.

Luiz Manfredini contou que no seu livro há uma cena violentíssima, em que uma das moças estava menstruada e foi posta de frente para uma parede, em cima e uma latinha, sangrando. “Era uma questão ligada ao gênero e de extrema violência para ela. O estupro era o extremo”, confirma.

Gilse ficou presa um ano e três meses, mas ela se considera uma pessoa com sorte “porque muitas não saíram vivas nem lúcidas e eu consegui”, conclui. Ela reencontrou sua filha em seu primeiro julgamento, quando sua irmã, Gilda, levou a menina Juliana no colo.

“Ela estava como um macaquinho azul, cabelo loirinho. Comecei a bater os braços com as algemas e a gritar que queria pegar minha filha. Os advogados conseguiram que eu ficasse dez minutos com ela. Minha irmã colocou a Juliana engatinhando na porta. Colocaram um militar



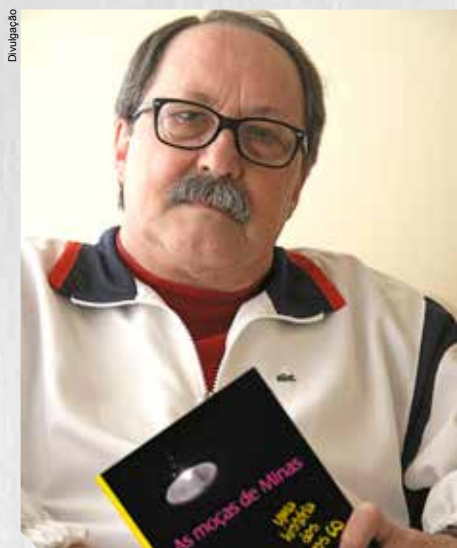
Atualmente Gilse faz palestras pelo País

com arma e ela passou por debaixo das pernas dele, botou a mão na bota, na arma... Até hoje eu lembro e fico emocionada.”

Quando foi solta, Gilse viveu ainda na clandestinidade, trocando de nome e de cidade várias vezes. Teve uma segunda filha, chamada Gilda, em homenagem à irmã. Quando veio a anistia, voltou a Belo Horizonte, tirou novamente seus documentos verdadeiros e suas filhas conheceram seus nomes e família reais. Gilse voltou para o Ceará, onde tinha vivido por muito tempo, e ajudou na luta pela legalização do PC do B.

“Eu acho que para as mulheres o que fica é que há 50 anos a situação era terrível, de dependência, submissão. A universidade não era lugar para mulher. A política, o trabalho fora de casa, as possibilidades eram muito limitadas e nós conquistamos muita coisa com a nossa luta.

Ainda falta muito. A luta das mulheres é a mais longa das lutas. Até uma verdadeira igualdade na vida, no trabalho e na política. Mas essa luta tem que continuar, faz parte”, conclui.



Manfredini e o drama das moças de Minas

Paradoxos e desafios para a ocupação de espaços de poder pela mulher

"...o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guarda-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato."

Julieta Kirkwood - feminista chilena



Laisy Moriere

Secretária Nacional de Mulheres do PT

Os dias passam cada vez mais acelerados. A pauta de lutas vai se ampliando, se renovando, mas alguns pontos se mantêm quase inflexíveis, em movimento lento tal qual o crescimento de um arbusto: você olha, não vê, mas sabe que está crescendo e que, dependendo do trato, ele florescerá e dará frutos mais cedo... ou mais tarde. As lutas feministas são assim, por mais que enfrentem resistências, as mudanças estão acontecendo e vão acontecer.

Dentre as nossas lutas, muitas poderiam ser destacadas, mas agora o foco é a ocupação de espaços de poder pela mulher. Não há como negar que temos registrado avanços significativos, especialmente se pensarmos que há menos de um século a mulher brasileira sequer tinha direito ao voto. Contudo, nem de longe esses avanços estão próximos daquilo que entendemos ser o ideal para uma sociedade que se quer moderna e democrática. É preciso um esforço coletivo para desvendarmos os paradoxos que ainda sedimentam a distância entre concepção e prática no que tange à ocupação dos espaços de poder pela mulher.

Alguns dados são instigantes e revelam essa distância. A Fundação Perseu Abramo e o Sesc lançaram no final de 2013 o livro *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* – uma década de mudanças na opinião pública. O livro é resultado de uma ampla pesquisa nacional realizada em parceria, em 2010. A pesquisa, em sua 2ª edição

(a 1ª foi realizada em 2001), aborda desde a percepção do ser mulher – machismo e feminismo – até democracia e política. Tive a oportunidade de analisar dados e produzir um dos artigos que compõem o livro referente a democracia, mulher e política. Chama a atenção o percentual de homens e mulheres que reconhecem a política como algo importante: 82% e 80% respectivamente.

Também vale destacar que cresceu o percentual de mulheres que reconhecem que a política exerce influência direta em suas vidas (subiu de 55% para 63%) na mesma proporção (55% para 64%) que cresceu o percentual das que acreditam que não têm nenhuma influência sobre a política. Por outro lado, subiu também o percentual de mulheres que acreditam que elas estão preparadas para estarem à frente de qualquer instância de governo (municipal, estadual e federal). Aqui temos um paradoxo: as mulheres reconhecem a importância da política, percebem que ela exerce influência sobre suas vidas, avaliam-se capazes de ocupar qualquer instância de governo, mas não enxergam sua influência sobre o cenário político brasileiro. A pergunta é: como alguém pode desejar ser parte ou exercer influência sobre algo em que não acredita ser capaz de influenciar?

Outra pesquisa realizada pelo Ibope como parte de um levantamento global sobre as expectativas para 2014, divulgada nos primeiros dias de janeiro, revela que 41 % dos brasileiros

Não há como negar que temos registrado avanços significativos, especialmente se pensarmos que há menos de um século a mulher brasileira sequer tinha direito ao voto

acreditam que o mundo seria melhor se as mulheres fossem maioria no cenário político. Apenas 9% tem opinião contrária, ou seja, que a presença maior das mulheres na política resultaria num mundo pior. Se o percentual de pessoas que acreditam que a mulher pode interferir positivamente na política é tão significativo porque essa crença não se aplica na prática, resultando em maior ocupação de espaço nas estruturas de poder?

Saindo do universo do espaço público para o espaço privado, o cenário se repete no Brasil e no mundo. Uma empresa inglesa chamada Grant Thornton Internacional divulgou em 2013, como parte de um relatório mais amplo denominado Relatório Corporativo Internacional, o relatório “Mulheres no topo: ainda não temos o suficiente.” O relatório trata da presença de mulheres nos altos cargos executivos nos anos de 2004, 2007, 2009, 2011 e 2012. De cara, pela representação gráfica na capa da publicação, se percebe que, embora tenha crescido, a presença de mulheres no topo das empresas no mundo em 2012 era praticamente igual a de 2004. Segundo o estudo, apesar de homens e mulheres com ensino superior serem recrutados em número quase iguais pelas empresas, a proporção de mulheres em cargos superiores é muito baixa. No grupo das 500 maiores fortunas, apenas 3% dos cargos são ocupados por mulheres. Regionalmente falando, as mulheres representam 26% dos cargos de alta administração nas economias dos chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), enquanto no G7 esse percentual é de apenas 18%. O Sudeste Asiático é a região com maior presença de mulheres nos altos cargos executivos.

De qualquer forma, o relatório revela que por maior que seja a diferença entre a proporção de homens e mulheres nos altos cargos executivos, no mundo privado a presença do gênero feminino ainda é bem superior à sua presença no mundo público. Comparando os dados desse relatório com os dados que temos da presença da mulher no Congresso Nacional, por exemplo, verifica-se que no Brasil, enquanto 27% dos cargos de alta administração empresarial é ocupado por mulheres, elas são pouco mais de 8,5% na Câmara e 13% no Senado – percentuais inferiores ao da média internacional que é de 23% nos Legislativos segundo dados levantados pela ONU em parceria com a União Interparlamentar. A eleição da 1ª mulher para o

mais alto cargo do Executivo brasileiro, a minirreforma eleitoral de 2009 que forçou os partidos a preencherem suas vagas nas chapas com, no mínimo, 30% de um dos gêneros e tempo para a promoção da participação da mulher nos horários de propaganda política institucional, além de 5% do Fundo Partidário para formação política de mulheres são conquistas que vão surtir resultado mais a médio e longo do que a curto prazo. De alguma forma, o pensamento e a prática machista imprimidas à política ainda conseguem se movimentar com desenvoltura nas instâncias político-partidárias. A despeito disso, as conquistas legais de 2009 são recursos indispensáveis para continuarmos avançando. Contudo, é preciso mais!

É preciso um esforço conjunto da sociedade, dos movimentos sociais, dos partidos (estes podem ser mais resistentes) para que se consiga desatar o nó que distancia o pensamento da prática sobre a participação da mulher na política, e para promover uma reforma política ampla e profunda que assegure, por exemplo, a eleição para os cargos legislativos por meio de listas fechadas alternadas por sexo. É sim o uso de instrumento legal impositivo para forçar mudanças de posturas que impedem a mulher, por exemplo, de perceber que não só a política exerce influência sobre a vida dela como ela tem o poder de também intervir e influenciar no cenário político. Mais do que isso, pode e deve compor esse cenário. É sim um instrumento impositivo que pode acelerar a possibilidade de mulheres e homens confirmarem sua percepção de que a presença do gênero feminino na política pode transformar a forma como

se faz política no Brasil. Se é papel do Estado zelar pelos interesses coletivos, esta é uma tarefa onde a ingerência do Estado é fundamental para que se promova as mudanças comportamentais que forçarão uma nova postura da sociedade frente ao papéis historicamente atribuídos a mulheres e homens. São muitos os desafios e caminhos a serem trilhados para que os espaços de poder sejam ocupados, também, pelas mulheres. Todos temos um papel a cumprir, uma contribuição a dar. Porém, nenhuma medida me parece mais produtiva e urgente do que nos articularmos para provocar uma reforma política que promova a igualdade de gênero, forçando partidos e sociedade a repensarem suas ideias sobre o poder, seus espaços e sua ocupação.

O pensamento e a prática machista imprimidas à política ainda conseguem se movimentar com desenvoltura nas instâncias político-partidárias



Caiu na rede...

Meninas e mulheres se deixam levar pela emoção e acabam vítimas da violência virtual. Elas são covardemente expostas num ambiente perverso e sem controle: a internet

Por Ana Paula Domingues

Júlia, Francielle, Giana, Thamis e Rose conquistaram a fama em fração de segundos. Júlia, em Parnaíba, no litoral do Piauí; Francielle, em Goiânia; Giana, de Veranópolis, interior do Rio Grande do Sul; Thamis, na capital paulista; e Rose em Maringá, no norte do Paraná. Bastaram alguns cliques e elas ganharam uma superexposição, não só em suas respectivas cidades, mas ultrapassando fronteiras. O que elas têm em comum? Todas viveram situações dramáticas que acontecem cada vez com mais frequência: filmaram relações sexuais, se deixaram fotografar em momentos íntimos, confiaram em seus respectivos parceiros, que expuseram publicamente os momentos de intimidade sem autorização, e acabaram humilhadas por centenas de milhares de pessoas na Internet. Perderam a integridade psicológica, viraram motivo de piada e viveram momentos de muita dor, causados por seus ex-parceiros vingativos.

O sofrimento para algumas é mais difícil de enfrentar do que para outras. A estudante **Júlia Rebeca**, de 17 anos, não aguentou a pressão e teve um fim trágico. Em novembro do ano passado, a adolescente foi encontrada morta em seu quarto, após ter um vídeo de sexo, com uma garota e um rapaz, ambos menores de

idade, divulgado por celulares na cidade. Envergonhada após a distribuição do vídeo, ela se despediu pelas redes sociais e deu fim à própria vida. O caso chocou o país. As consequências são diárias, irreparáveis e irreversíveis. Em 2006, a jornalista **Rose Leonel** teve a vida virada pelo avesso quando terminou um relacionamento de três anos. O ex-namorado, rancoroso, publicou fotos na Internet, fez montagens e mandou para mais de 15 mil e-mails, com os contatos da jornalista, inclusive os telefones do trabalho e do filho dela, que passou a receber telefonemas de homens pedindo programas. As fotos pararam em sites de pornografia. Na época apresentadora

de televisão, ela perdeu emprego, amigos e foi obrigada a mudar de cidade. O filho foi morar em outro país e a filha não leva uma vida normal como qualquer jovem: não sai, é mais reservada e quase não tem amigas.

Oito anos após a exposição, Rose ainda é atormentada pelo ocorrido. “O que sofri foi um assassinato moral. Um assassinato psicológico, um assassinato emocional. É uma ferida aberta, nunca vai fechar. Você saber que os seus filhos vão ter vergonha de você por toda a vida é irreparável”, afirma ela.

A jornalista decidiu usar o drama pessoal para ajudar outras mulheres a superarem o trauma e fundou a ONG



Marias da Internet, que oferece ajuda de psicólogos, advogados e assistentes sociais, para dar apoio psicológico e jurídico a mulheres que foram vítimas de crimes cibernéticos.

Leis mais severas

Nos Estados Unidos, a psicóloga Holly Jacobs também criou uma ONG - endrevengeporn.org (acabe com a pornografia de vingança) - e iniciou uma campanha nacional, em 2012, para pressionar as autoridades a ajudar as vítimas.

Aqui no Brasil, não existe um levantamento específico dos números de casos, muito menos estatísticas. A popularização da tecnologia e das mídias digitais, e a maior visibilidade dos casos de exposição de intimidade na

Internet sem autorização, tornaram comuns essas agressões virtuais que estão sendo chamadas de “pornografia de vingança”, “pornô de vingança”, ou “pornografia de revanche”. Na gíria popular “caíram na rede”.

O tema preocupa. Quatro projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional, e estão em tramitação. O objetivo é tornar mais dura a punição aos responsáveis.

Embora não mencione casos de pornografia, a primeira legislação punitiva para quem invadir dispositivo informático alheio foi criada em novembro de 2012, a Lei 12.737, que ficou conhecida como a Lei Carolina Dieckmann. A atriz teve fotos íntimas copiadas após seu computador ser hackeado.

Hoje tramitam juntos no Congresso alguns Projetos de Lei que tratam da violação da intimidade na Internet. O PL 5555/2013, conhecido como a Lei Maria da Penha virtual, do deputado João Arruda (PMDB/PR), propõe alterações para que a violência virtual também seja considerada doméstica e familiar, finalidade semelhante ao PL 5822/2013 da deputada Rosane Ferreira (PV/PR), que foi apensado à matéria.

Outros dois projetos de lei foram anexados: o PL 6713/2013, da deputada Eliene Lima (PSD-MT), que prevê um ano de reclusão mais multa de 20 salários mínimos a quem praticar vingança pornográfica, e o PL 6630/2013, de autoria do deputado Romário (PSB-RJ), que inclui o crime de pornografia de vingança no Código Penal, com pena de detenção de um a três anos e multa - aumentada em um terço se o

autor do crime for ou tiver sido parceiro amoroso da vítima.

Namoro virtual

Um levantamento realizado pela ONG SaferNet Brasil, especializada em crimes cibernéticos, revelou que, em 2013, 34% dos jovens entre 16 e 23 anos já namoraram pelo menos uma vez pela rede usando ferramentas de produção de vídeo. Foram ouvidos 2834 crianças e jovens entre 9 e 23 anos. Desses, 62% afirmam que usam a Internet todos os dias. O número cresce para 86% entre os jovens de 16 a 23 anos. As redes sociais são a atividade preferida por 80% dos participantes, seguida por ouvir músicas e assistir filmes (57%) e jogar jogos (55%).

O *sexting* - compartilhamento de fotos, vídeos ou textos com teor sensual e erótico é comum: 20% afirmam que já receberam esse tipo de conteúdo. Entre esses, 42% receberam 5 ou mais vezes. O número cai entre os que assumem que já compartilharam esse tipo de material, apenas 6%. Mas entre esses, 63% já compartilharam 5 ou mais vezes.

A atividade é mais comum entre meninos e se torna mais frequente com a idade: 32% dos jovens entre 16 e 23 anos já receberam esse tipo de conteúdo relativo a amigos e/ou colegas, e 8% confirmam que já enviaram.

Entre janeiro de 2012 e novembro de 2013, 7,7% dos pedidos feitos ao Helpline Br eram relativos a *sexting*. Ou seja, foram 135 pedidos de ajuda em cerca de dois anos. Este é o quarto na lista dos assuntos mais citados nos atendimentos - atrás de *ciberbullying* (20,9%).

Quando jovens entre 16 e 23 anos se sentem em perigo ou são agredidos na Internet, 49% bloqueiam o contato e denunciam e 9% tentam descobrir quem é o responsável e tirar satisfações.



Uma Constituição para a Internet

Apesar de já ter atingido 18 anos de uso aqui no Brasil, ainda não há qualquer lei que estabeleça diretrizes para a Internet e proteja os direitos dos usuários. Apenas em 2009 começou a ser elaborado, pelo Ministério da Justiça, o Marco Civil da Internet (PL2126/11), um projeto de lei que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários. Uma espécie de Constituição da Internet.

O projeto foi encaminhado ao Congresso em 2011, mas desde que chegou nunca foi votado. A votação já foi adiada diversas vezes e no dia 3 de fevereiro deste ano, na abertura do ano legislativo, o tema voltou à discussão, por ser um dos cinco projetos com urgência constitucional

que tranca a pauta do Congresso.

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ) foi designado relator em 2012. Ele viajou o país em sete audiências públicas e recebeu 374 contribuições populares para o projeto, que é considerado o mais colaborativo que já passou pela Câmara.

Entre vários pontos importantes, defende, por exemplo, a neutralidade da rede, ou seja, a garantia de que os pacotes de dados serão tratados sem distinção por conteúdo, origem, destino ou serviço, e a exclusão definitiva das informações, após o encerramento de um perfil numa rede social (atualmente, os dados pessoais dos usuários ainda ficam guardados, mesmo após a exclusão,

ou seja, são vistos como de terceiros, não da própria pessoa).

Segundo o relator, diante de tantos casos de violência virtual contra mulheres, a aprovação do Marco Civil da Internet é tão urgente quanto necessária. “Dentre outras medidas que servirão para proteger mulheres contra agressões na Internet, destaco a inclusão de um mecanismo de remoção imediata de vídeos ou fotos íntimas divulgadas sem a autorização dos envolvidos. Já vimos casos de vingança por ex-namorados que levaram ao suicídio de duas meninas de 16 anos. Com a aprovação do Marco Civil, teremos uma Internet mais segura para todos”, garante Molon.

Humilhações, vergonha e suicídios

O registro e a divulgação de cenas íntimas têm causado sérias consequências para as vítimas, como o abandono da vida escolar e do emprego, humilhações e, em situações mais extremas, o suicídio.

Quatro dias antes da morte de Júlia Rebeca, outra estudante de 16 anos, **Giana Fabi**, de Veranópolis, interior do Rio Grande do Sul, também cometeu o suicídio depois de descobrir que o ex-namorado teria espalhado imagens dela seminua nas redes sociais.

Os casos não param de surgir. Geralmente, quando um vídeo ou uma fotografia é disponibilizado na rede, perde-se

o controle. Em outubro, **Francielle dos Santos Pires**, de 19 anos, moradora de Goiânia, registrou um boletim de ocorrência contra o ex-namorado. Mãe de uma menina de 2 anos, ela perdeu o emprego e foi obrigada a mudar de aparência, após o ex-namorado compartilhar várias vezes um vídeo íntimo.

Outro triste caso que veio a público foi o da estudante **Thamiris Mayumi Sato**, de 21 anos, aluna de letras da USP, que teve fotos íntimas publicadas no Facebook pelo ex-namorado, um búlgaro de 26 anos, que fez ameaças de morte após o fim do namoro.

Como se proteger?

Assim como Giana e Júlia, que não contaram para a família sobre a sua exposição na rede, apenas 12% pedem ajuda para os pais e 4% para irmãos e amigos. 8% desligam o computador e tentam esquecer.

Mais da metade dos casais registra ou já registrou o momento íntimo. Alguns cuidados são determinantes para evitar problemas como os enfrentados por Júlia, Francielle, Giana, Thamiris e Rose.

1. Não revele o rosto, o nome ou a voz.
2. Por mais que você confie no seu parceiro e o ame loucamente, mantenha a posse do vídeo e/ou fotografia. Nunca se sabe o dia de amanhã, e o melhor amigo pode se tornar o pior inimigo após o fim de um namoro.
3. Não compartilhe e não envie por email foto ou vídeo que possa prejudicá-la. E apague tão logo seja possível.

Se você foi vítima de crime cibernético, fique atento às dicas dos especialistas:

1. **Verifique em que sites as fotos e/ou vídeos estão publicados, imprima e guarde, porque poderão ser úteis.**
2. **Registre o ocorrido na delegacia mais próxima.**
3. **Com a ajuda de um advogado, registre o fato de ter sido exposta sem consentimento em um cartório.**
4. **Entre em contato com os sites que usaram as imagens. Explique que foi vítima de um crime e peça para que os administradores retirem as fotos do ar. Faça o mesmo com mecanismos de busca. Se os sites não forem rápidos nessa limpeza, o advogado pode obter medida cautelar para garantir que ela seja feita.**

O advogado pode abrir dois tipos de processos: o criminal, para provar a autoria do crime, e o cível, para pedir indenização pelos danos causados.

Rose Leonel: 'Nunca confie'

Vítima da violência virtual, a jornalista

Rose Leonel luta para se recuperar ajudando outras mulheres a reconstruir a vida com a ONG Marias da Internet

Revista Mátria: Que aprendizado a situação que você viveu trouxe e que você passaria para outras mulheres? Como se proteger?

Rose Leonel: *Nunca confie. Podemos dormir com o inimigo sem saber. Infelizmente, desconfiar e não confiar são as melhores formas de se proteger. Se o companheiro insistir em fazer fotos, têm que ficar com a mulher, nunca em posse dele. Não vale a pena correr o risco. Mas, prefira não fazer.*

RM: Como você avalia alguém capaz de uma atitude dessas?

Rose: *Doente. É um doente social, um psicopata. Deveria ser enjaulado, impossibilitado de viver em sociedade. Um sociopata, que viola as leis vigentes da sociedade, não deveria ter permissão para viver em liberdade, pois representa um mal para todos os seres humanos normais. Em algum momento, ele pode fazer mal a alguém. Curiosamente, a lei o deixa solto.*

RM: Tem como destacar o que foi pior em toda essa situação?

Rose: *Perder o meu filho, sem dúvida nenhuma. Ele quis ir embora. Não suportou o estigma que se estabeleceu sobre mim e nossa família. Ele foi buscar o*

conforto na distância de outro continente. Ele sofreu demais. Eu sofri. Quase morri.

RM: O que representou a condenação do seu ex-namorado pra você?

Rose: *Foi minha redenção. Meu algoz, Eduardo Gonçalves da Silva, foi condenado. O documento dessa condenação foi meu registro de nascimento, me reintegrou à sociedade. Foi meu passaporte para a vida. Voltei a viver.*

RM: O sofrimento fez você mudar sua visão dos relacionamentos?

Rose: *Relacionar-me com outra pessoa é algo muito mais profundo do que eu sabia. Hoje, tenho uma ideia das coisas que eu nunca tinha tido.*

RM: Você ficou mais desconfiada dos homens?

Rose: *Fiquei e aprendi a ler sinais que, antes, eu não lia ou não queria ler. Aprendi que é preciso ver, enxergar e tomar posição, antes que eles tomem por você.*

RM: Teve dificuldade de se aproximar de outras pessoas? Você se fechou para outros relacionamentos?

Rose: *Claro que sim. Hoje, poucas pessoas me impressionam a ponto de eu me apaixonar.*

RM: Você se sente totalmente recuperada do trauma?

Rose: *Não. Cada dia é um degrau de recuperação. Estou lutando para sobreviver,*

reconstruir a minha vida, ter um grande amor e, principalmente, ver meus filhos encaminhados. E ter a minha vida profissional e financeira recuperada.

RM: Como surgiu a ideia de criar uma ONG Marias da Internet para apoiar mulheres que passam pelo mesmo problema?

Rose: *Passei por tanto sofrimento que, no auge da minha desilusão, disse ao meu perito, Dr. Wanderson Castilho, que tínhamos que criar uma ONG para as mulheres serem assistidas, terem informações e serem amparadas. Eu me sinto muito só.*



Divulgação

Vamos precisar de todo mundo



Chico Régis

Brasileiras são maioria
em banco de doadores e
o país é destaque na hora
de ajudar a salvar vidas

No mundo, o Brasil é o país com o maior índice de aprovação à doação. Aqui, mais da metade das famílias, ao perder um ente, se declaram favoráveis à doação de órgãos.

A proporção de doadores, que em 2003 era de 6,5 por milhão de habitantes, viu esse número quase dobrar em 2012, passando para 12,8 por milhão de habitantes. Os números ainda não estão fechados, mas para 2013, a projeção é de 13,5 por milhão de habitantes.

Quando o assunto é o transplante de medula, o Brasil também se destaca e detém o terceiro maior banco deste tipo no mundo, com mais de três milhões de cadastrados. O Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome), administrado pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), fica atrás somente dos Estados Unidos e da Alemanha.

As mulheres e pessoas com menos de 45 anos de idade são os principais doadores voluntários de medula óssea no país. É o que revela um levantamento feito pelo Inca com base no cadastro de doadores voluntários. De acordo com o Inca, 88% dos doadores têm menos de 45 anos e as mulheres representam 56% das pessoas cadastradas.

O levantamento, feito em 2011, analisou também o número de doadores por região. O Sudeste lidera com 48% do total. Em segundo lugar vem a região Sul, com 25%, seguida pelo Nordeste, com 14%. O Centro-Oeste e o Norte aparecem por último, com 8% e 5% dos doadores, respectivamente.

Infraestrutura - A solidariedade que envolve cada vez mais a população esbarra, entretanto na infraestrutura para realização dos transplantes. “Estamos com problemas – temos doador mas não temos leitos”, lamenta a Dra. Lucia Silla, hematologista e presidente da Sociedade



Dra. Lucia: é preciso investir mais em infraestrutura

Brasileira de Transplante de Medula Óssea (SBTMO).

“O Sistema Nacional de Transplante está diminuindo insumos para a procura de doadores e ressarcindo melhor os hospitais, porque o procedimento é muito caro. Alguns hospitais chegaram ao ponto de suspender o procedimento, porque o ressarcimento era muito defasado da realidade”, contou.

Existem hoje, no Brasil, 61 centros ativos de transplante de medula óssea. Eles se concentram nas regiões Sudeste e Sul. Somente em São Paulo estão cerca de 30 deles e o restante nos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Compatibilidade - Entretanto, apesar do banco de doadores robusto, no Brasil é mais difícil encontrar um doador compatível, devido à grande miscigenação, apontam dados da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia, Lebrale. E a chance de encontrar uma medula compatível pode chegar a 1 em 100 mil.

O diretor do Centro de Transplante de Medula Óssea do Inca, Luiz Fernando Bouzas, explicou que são grandes as dificuldades de encontrar doadores compatíveis, principalmente em uma sociedade com tamanha diversidade genética como a brasileira.

Segundo ele, a primeira alternativa é sempre o doador familiar, normalmente o irmão. Essa modalidade atende 30% dos transplantados. Os outros 70% recorrem aos registros nacionais e internacionais, porque as características genéticas se repetem na população. “Por isso, o grande sucesso do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) é um avanço”.

Em família - Flávia Lima Moreira foi a doadora de medula para sua irmã Fernanda, diagnosticada com leucemia há 15 anos. O transplante foi feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Hospital Universitário de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Flávia contou sua experiência durante uma audiência pública na

*Fernanda Moreira,
diagnosticada com leucemia
há 15 anos, recebeu a medula
óssea da irmã Flávia*



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em Brasília.

“Eu fui para o hospital na segunda-feira à noite e na quarta de manhã já estava em casa”, disse. Segundo Flávia, o processo não é demorado. “Eu tive um acompanhamento médico prévio e posterior e me recuperei muito rápido”, explicou.

Flávia destacou também a importância do cadastro de doadores “porque nenhum tratamento é feito sem doadores de sangue e plaquetas e só a família e amigos não são doadores suficientes.”

Rede pública - A própria presidenta da República Dilma Rousseff destacou a importância do envolvimento da população na rede de doadores. “Embora o nosso desempenho já seja muito bom, não podemos esmorecer”, declarou.

O paciente do SUS é o maior beneficiário do programa do transplante de medula óssea no Brasil. Mais de 50% dos transplantes são unicamente da rede pública. Cerca de 25% a 40% é por convênios e somente de 10% a 15% é privado.

Os maiores hospitais transplantadores do Brasil atendem pelo SUS. São hospitais inclusive públicos, com exceção do Albert Einstein. “O grande problema do acesso é aumentar o número de leitos e de especialistas”, explicou a Dra. Lucia.

Existem hoje no Brasil cerca de 400 médicos que atuam no transplantes de medula óssea: “É um número muito pequeno. Tanto aqui, quanto na Europa, ou nos EUA. Essa é uma especialidade muito difícil. É um sacerdócio”, disse.

A capacidade de transplantes de medula óssea no Brasil é de aproximadamente 2,1 mil por ano. Um total que deve ser superado em 2013, quando os dados estiverem consolidados. Mas, de acordo com a médica, seria necessário fazer no mínimo 2,8 mil procedimentos por ano para zerar a fila.

Se depender do empenho de voluntárias como Flávia, o incentivo está feito: “Se alguém quiser doar e ainda tiver algum receio, a sensação de poder ajudar alguém a ter a vida de volta é impagável, então não há porque não doar”, ressaltou.

Como doar

Para ser um doador basta procurar o hemocentro mais próximo, ter entre 18 e 55 anos e estar em bom estado de saúde. É necessário levar documento de identidade oficial com foto e preencher um formulário.

No ato do cadastro, são coletados cinco mililitros de sangue para análise do código genético de compatibilidade, chamado de HLA (histocompatibilidade).

O resultado do exame fica armazenado no Redome. Não há exigência quanto à mudança de hábitos de vida, trabalho ou alimentação. Se a compatibilidade for confirmada, a pessoa será consultada para decidir sobre a doação.

Mas, atenção: é preciso manter seus dados cadastrais atualizados para que o paciente, ao encontrar um doador compatível no banco, não tenha que enfrentar outra barreira: a de não conseguir encontrá-lo, devido à não atualização dos dados junto ao Redome.

Por isso, se você já está cadastrado e mudou de telefone ou endereço, acesse <http://www.inca.gov.br/doador> e preencha o formulário do Inca com as alterações.

Margaridas mais protegidas

O combate à violência contra a mulher ganha reforço importante na área rural. Unidades móveis foram entregues a mais de uma dezena de estados brasileiros

Quando a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Eleonora Menicucci, chegou a Fortaleza, no Ceará, encontrou uma recepção florida por margaridas. Só que nesse caso, as flores eram mulheres, representantes da Marcha das Margaridas que, felizes, saudavam a chegada da primeira das duas unidades móveis para circular em áreas remotas do Ceará.

A unidade faz parte do **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** e vai circular nas áreas rurais para apoiar a prestação de serviços de atendimento, acolhimento e orientação às mulheres em situação de violência, a fim de aumentar o acesso à Lei Maria da Penha.

No Ceará, a entrega foi acompanhada por ninguém mais do que Maria da Penha Maia Fernandes, cujo nome batiza a Lei nº 11.340/2006 que pune atos de violência contra a mulher.

A ministra dirigiu-se a Maria da Penha e destacou que o posto móvel é uma medida para que situações como a sua não aconteçam: “A presidenta Dilma e eu estamos obcecadas com as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres”, salientou.

Assim como no Ceará, outros 16 estados e o Distrito Federal receberam as unidades móveis em todo o país: Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Paraíba, por onde começaram as doações em agosto.

As unidades móveis atendem a um pedido da Marcha das Margaridas, de reforço na oferta de serviços públicos

Arquivo SPM



Cerimônia de entrega das unidades móveis da mulher no Ceará

na aplicação da Lei Maria da Penha no campo e na floresta. A demanda foi acolhida pela presidenta da República, Dilma Rousseff, em 2011. Os veículos são mais um instrumento disponibilizado pelo governo para reduzir os atos de violência contra as mulheres que, infelizmente, ainda continua alta.

O estudo “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgado em 2013, apresentou uma nova estimativa sobre mortes de mulheres em razão de violência doméstica.

Com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o levantamento mostrou que “em média ocorrem 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia”, diz o estudo.

Para a presidenta Dilma Rousseff, os números ainda são altos e os “registros, infelizmente, subestimados”. Ela destacou, porém, que o seu governo “é defensor intransigente da igualdade de direitos entre mulheres e homens e, graças às lutas das mulheres, o Brasil está mudando”, disse.

Em seu perfil no twitter, no dia 25 de novembro, data criada pela ONU para marcar o combate à violência de gênero em todo o mundo, Dilma citou a Lei Maria da Penha como o alicerce do combate à violência contra as mulheres, que “envergonha uma sociedade que, infelizmente, ainda é sexista e preconceituosa”, declarou.

Movimento pelo amor e pela igualdade

Grupo de mães ensina o valor de ser diferente

Por Katia Maia

Vamos falar de amor. Mas aquele amor que resiste a tudo, não muda, protege e, ao mesmo tempo, critica e educa. Amor do tipo que não tem igual. Aliás, tem! É privilégio, quase que unânime, de uma figura: a mãe.

Na literatura brasileira, a mãe aparece muito bem narrada e em personagens definitivos, como Ana Terra, Capitu e dona Lola, de *Éramos Seis*, dentre tantas outras. Elas, de personalidade forte, marcante, são um porto seguro na vida de seus filhos.

Da literatura para a vida real, é justamente disso que trata um movimento que surgiu em 2011, chamado Mães pela Igualdade. “Meu filho é gay e eu sempre soube, mas ele nunca falava sobre isso comigo. Até que, aos 23 anos, ele saiu do armário”, contou Graça Cabral, uma das fundadoras do movimento.

Alívio - O filho, hoje com 29 anos, na época, escreveu uma carta para a mãe, o pai e a irmã, revelando sua homossexualidade e “nela, ele colocava o sofrimento que enfrentara até então”, descreve. Graça se recorda que o sentimento dela foi de alívio misturado com emoção.

“Eu pensei em todo o sofrimento que meu filho havia vivido até aquele momento. Ele passou a adolescência



Graça ficou aliviada quando o filho assumiu a homossexualidade

com poucos amigos, não saía, tinha uma tristeza estampada. A carta, então, foi para mim uma grande alegria. Ele não precisava mais se esconder”, revelou.

O movimento Mães Pela Igualdade surgiu a partir de uma declaração feita pelo deputado federal Jair Bolsonaro, quando disse que “preferia ter um filho morto a um filho gay”.

O parlamentar acabou ajudando a lançar essa poderosa onda de mães dedicadas à igualdade e que nasceu da ação eletrônica internacional capitaneada pela ONG *All Out*, que reuniu mães de várias partes do Brasil para dar

início a uma campanha contra a discriminação, a violência e a homofobia.

Irrefutável - Hoje, o movimento está presente em dez estados e “estamos caminhando para o 11°, que é o Ceará”, anima-se a advogada Maria Cláudia Cabral. Ela destaca que o que as move é o amor. “Nossos filhos continuam sendo nossos filhos e não deixaram de ser a criança que a gente embalou, acompanhou, viu crescer... Eles continuam sendo quem sempre foram e o nosso amor também”, disse.

Katia Osório e Letícia Perez não têm filhos, mas se engajaram no



Letícia e Katia conquistaram na justiça o direito ao casamento

Movimento Mães Pela Igualdade. “Nós conhecemos o movimento quando a gente ganhou no Supremo Tribunal Federal, STF, a ação para realizar o nosso casamento civil”, explica Katia.

Para Letícia, o trabalho que as mães realizam é fundamental porque “mãe é a única coisa irrefutável na vida de uma pessoa e o amor de uma mãe pelo filho jamais será questionado”, avalia.

O Mães pela Igualdade tem como princípio sensibilizar as famílias que vivenciam o preconceito e dar suporte por meio das histórias de tantas outras que o superaram. “Certa vez, um rapaz nos procurou. Disse que era gay e precisava de ajuda para amenizar o ódio que sua mãe sentia pelos homossexuais”, contou Graça.

A mãe, evangélica, uma mulher muito simples, hoje é uma ativista da causa. Faz um trabalho na periferia e atua, inclusive, na própria igreja. “A militância gay sempre esteve muito restrita ao universo LGBT e tinha uma tendência à segregação. As mães abrem um outro caminho”, afirmou Katia.

Nas escolas – Letícia vai mais além e lança uma provocação: “Até que ponto nossos profissionais de educação estão preparados para lidar com uma sociedade que está formada dentro de outras bases, com características diversas?”, pergunta.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal criou, em 2006, o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), voltado para professores e gestores, que, em 2010, teve a participação de 15 mil profissionais de educação.

Graça lembrou da relevância do kit anti-homofobia e destacou que “é importante que as escolas tenham um trabalho mais assertivo com as crianças desde o ensino fundamental”.

“Estamos falando de trabalhar o nível de segurança de uma criança. Com o Mães Pela Igualdade, o ponto é: criar um filho seguro ou não, feliz ou não consigo mesmo”, explicou Katia, que descobriu a sexualidade com meninas aos 16 anos. “Sempre fui muito acolhida pela minha família, pela minha mãe”, disse.

E mãe é assim mesmo: está pronta para acolher e defender seu filho com garras e força e só quer sua felicidade. Graça se recorda que uma vez foi a uma festa em Maceió, AL, onde mora sua família e seu filho perguntou se poderia levar o namorado. “Nunca vou esquecer a cara das pessoas que se diziam mentes abertas”, disse.

Na festa, Graça fez questão de deixar claro que estava presente e “as pessoas sabiam que ali existia uma mãe para dar apoio para o filho. Isso é a nossa marca: a de se colocar”, concluiu.



Para Maria Cláudia é uma "questão de amor"

Lugar de mulher é em campo

Em ano de Copa do Mundo elas vão mostrar quem são as donas da bola

“**L**ugar de mulher é na cozinha”. Esse ditado, símbolo do desrespeito com a mulher, já foi pronunciado centenas de milhares de vezes Brasil a fora e nas mais diversas situações. Em discussões sobre esporte ou em um campo de futebol, então, nem se fala!

Foi justamente essa frase que Stephanie Alves, repórter de esporte em Brasília, escutou quando fazia uma cobertura de uma partida disputada na capital federal. As palavras de mau gosto não foram direcionadas a ela, mas à bandeirinha que apitava o jogo e marcou uma jogada que desagradou ao técnico, autor da falta de respeito.

“Ele reclamou do lance e falou bem alto que lugar de mulher é na cozinha. O juiz ouviu e o técnico sofreu uma punição. Nesse momento, a gente teve a ideia de fazer uma matéria, levando-o para a cozinha”, conta.

Segundo Stephanie, a reportagem terminou saindo divertida e o técnico se convenceu de que lugar de mulher é em todo e qualquer setor. “Foi muito legal, porque ele viu a dificuldade que é comandar um fogão. Cada um na sua área, não adianta dar pitaco na área do outro. Não é questão de gênero, mas de escolha e dedicação”, disse.

A história foi contada pela jornalista com humor. Ela, que há seis meses entrou nessa área esportiva e passou, dentre todas as modalidades, para o futebol, acredita que o comentário do técnico foi um reflexo do que culturalmente existe no Brasil, mas não representa a realidade: “As mulheres já entraram em campo e estão cada vez mais provando que dominam o tema”, orgulha-se.

Aline Falconi, repórter de rádio, mora no Rio de Janeiro e convive diariamente, há três anos, com coberturas de grandes clássicos do futebol nacional. Ela concorda que os tabus estão caindo e se diz muito feliz por cobrir essa



Stephanie comanda a bola em programa diário

área, mas admite: “quando comecei com o futebol ainda tinha um pouco de preconceito e ainda escuto dizer que mulher não entende nada de futebol, mas não é de forma agressiva”, contemporiza.

Mas tudo isso está ficando no passado, pelo menos se depender do time de mulheres que nos últimos tempos invadiu o noticiário esportivo e que tem feito bonito com seus comentários, matéria e jogadas.

Para quem está na área, o preconceito tem sido menor. “Eu acho que o jornalismo esportivo tem aberto cada vez mais as portas para as mulheres. Não só em nível nacional, mas internacional. A gente vai ver isso na Copa”, diz Stephanie.

Na avaliação dela, “essa é uma realidade que tem se consolidado e estamos em um processo. O esporte já é uma área que a mulher trabalha bem, sim!”, afirma.

Marluce Martins, jornalista esportiva há 25 anos, declarou em debate promovido pelo Observatório da

Imprensa, que nunca sofreu preconceito por ser mulher, mas contou que algumas brincadeiras sempre surgem.

“Muitas vezes, quando divulgo o meu trabalho no site do meu jornal e falo algo de um time que desagrada o torcedor, sempre surge um comentário do tipo ‘vai lavar uma roupa’, mas não vejo isso como preconceito e sim como uma agressão de alguém que ficou descontente com o meu texto”, disse.

Ela já cobriu quatro Copas do Mundo e reconhece que existem determinadas situações em que a cantada aparece, mas, também nesse caso, avalia que “dá para contornar”.

Segundo Marluce, “numa situação com trinta homens concentrados, trabalhando, a cantada aparece, mas eu sempre consegui administrar e não vejo isso pelo fato de ser uma jornalista mulher, mas de ser uma mulher trabalhando no meio de homens e isso acontecerá com qualquer profissão”, disse.

Em ano de Copa do Mundo no Brasil, as mulheres que estão na área driblam as dificuldades que, por ventura, ainda possam existir e provam que lugar de mulher também é no campo.

Aline Falconi está mais do que ansiosa em relação à cobertura do evento que, segundo ela, será a grande oportunidade para quem trabalha com esporte, principalmente as mulheres, que terão a chance de conquistar ainda mais espaço num universo que elas já comandam, que é o jornalismo.

Pesquisa feita Universidade Federal de Santa Catarina, em convênio com a Federação Nacional de Jornalistas, intitulada “Quem é o jornalista brasileiro”, revelou que, 64% dos profissionais no país são mulheres.

Embora já dominem a maior parte das redações brasileiras, dados internacionais revelam que, de um modo geral, as mulheres representam apenas 11% do jornalismo esportivo nas redações. Sinal de que ainda tem muito campo para conquistar. Mas uma coisa é certa: as mulheres já estão na área batendo um bolão.



Aline Falconi acredita que a Copa do Mundo será uma oportunidade para as jornalistas conquistarem mais espaço na editoria



Shutterstock

◀ Gravidez cada vez mais tardia

As brasileiras estão se tornando mães mais tarde e a gravidez na adolescência está diminuindo no país. A mudança reflete a inserção da mulher no mercado de trabalho e o maior acesso ao estudo nos últimos anos. Em contrapartida, as mães em idade mais avançada também aumentaram.

As mulheres que se tornaram mãe na faixa etária entre 30 e 34 anos representavam 19%, em 2012. Segundo o IBGE, a taxa de fecundidade da brasileira caiu de seis para 1,9 filho por mulher de 1960 a 2010.

Diga não ao tráfico de pessoas ▶

O Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap) foi criado para reforçar as estratégias de combate ao tráfico de pessoas. Formado por 26 representantes da sociedade civil e de órgãos do governo federal, irá propor estratégias para a implementação de políticas públicas, desenvolver estudos e acompanhar a implementação dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira mostra que no Brasil, entre 2005 e 2011, um terço dos indiciados por tráfico de pessoas foi pego em região de fronteira.



José Cruz/Agência Brasil



◀ Feminismo para Mudar o Mundo

Em agosto de 2013, 1600 mulheres de 48 países começaram a organizar a 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que acontecerá em 2015. Elas estiveram reunidas em São Paulo durante o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres para debater a trajetória e as estratégias do feminismo frente à ofensiva conservadora. Na ocasião, as militantes reafirmaram a resistência, o enfrentamento e a construção de alternativas ao modelo patriarcal, capitalista, racista, lesbofóbico e colonial.

Comissão de Combate à Violência contra a Mulher agora é permanente ▶

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher conseguiu uma alteração no Regimento Comum do Congresso Nacional que permite a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Em janeiro de 2014, o presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, promulgou a Resolução 1/14, que trata do assunto. A nova comissão terá como atribuição apresentar propostas para consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.



Arthur Monteiro / Agência Senado



◀ Rainhas da África ganham da Barbie

Taofick Okoya ficou perplexo ao descobrir, anos atrás, que não encontrava uma boneca negra para a sobrinha. Encomendou bonecas na China e montou-as na própria Nigéria, acrescentando um toque local - trajes típicos desta região da África. Criou então as linhas "Rainhas da África" e "Princesas Naija". Atualmente, ele vende até 9.000 unidades mensais. Okoya calcula dominar de 10% a 15% de um mercado ainda pequeno, mas que cresce aceleradamente e com bonecas mais integradas à realidade e à cultura locais.

Igualdade no Panthéon ▶

Reza a tradição que cada presidente francês tem a honra de transferir os restos mortais de uma figura notável para o Panthéon, ao lado de Voltaire, Rousseau e Marie Curie - única mulher no local por mérito próprio, a outra foi incluída por insistência de seu marido. Quando o presidente François Hollande pediu sugestões sobre quem incluir, o debate suscitou o desequilíbrio de gênero. Milhares de manifestações em favor da inclusão de uma mulher ocorreram e, no ano passado, militantes ergueram diante do Panthéon retratos de Olympe de Gouges, ativista dos direitos das mulheres e adversária da escravidão. Outra candidata potencial é Simone de Beauvoir, intelectual e teórica política.



◀ Mulheres são peça chave para ODM

Para o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, as mulheres são um elemento chave para alcançar muitas das metas fundamentais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, ele pediu que a comunidade internacional invista no potencial de mais de meio bilhão de meninas adolescentes nos países em desenvolvimento. "Quando você investe no futuro delas, está garantindo resultados que se multiplicam por toda a sociedade - na saúde, educação, paz e bem-estar das gerações futuras", disse Ban, ressaltando os benefícios do empoderamento feminino, também conhecido como "girl power".





Sugestão de Leitura

» **Justa - Aracy de Carvalho e o Resgate de Judeus - Trocando a Alemanha Nazista pelo Brasi**

Schpun, Monica Raisa. Ed. Civilização Brasileira, 2011. Com vivacidade narrativa e riqueza de detalhes, a autora apresenta a amizade entre duas mulheres, Aracy de Carvalho Moebius Tess e Maria Margarethe Bertel Levy, que driblaram com muita coragem e extrema hostilidade do mundo durante a Segunda Guerra Mundial.

» **Não Passarás o Jordão: Tortura, Terror e Morte na Ditadura Militar Brasileira**

Emediato, Luiz Fernando. Ed. Geração, 2013

» **Beleza Impossível, a mulher, mídia e consumo.** Moreno, Raquel. Ed. Ágora, 2009. De que maneira a mídia manipula nossa consciência em nome dos interesses do mercado? Onde entram as “diferentes” – gordinhas, velhas, negras – nesse sistema? A obra da psicóloga Rachel Moreno responde a essas e outras perguntas de maneira vigorosa e crítica, apontando caminhos para que possamos nos defender dessas armadilhas.

» **Corpo, Envelhecimento e Felicidade.** Goldenberg, Miriam. Ed. Civilização, 2011.

» **Ação Psicopedagógica na Sala de Aula.** Márcia Ferreira. Editora PAULUS.

» **As moças de Minas.** Uma história dos anos 60. Manfredini, Luiz. Editora Alfa-Omega.

» **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro. Editora Vozes, 11ª edição, 2010.

» **Juventudes e Sexualidade.** Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

» **Aborto e saúde pública no Brasil 20 anos.** Ministério da Saúde. Sec. de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos Série B Textos básicos de Saúde, Brasília-DF, 2009. Disque saúde 0800-611997. Biblioteca virtual em saúde do Ministério de Saúde - www.saude.gov.br/bvs

» **Memória de Neblina** Manfredini, Luiz. Ed. Ipê amarelo, 2012

» **Assédio sexual.** Ministério da Saúde Assédio violência e sofrimento no ambiente de trabalho, Brasília-DF, 2008.

» **Olhares feministas.** Organização: Adriana Piscitelli, Hildete Pereira de Melo, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga. 1ª edição Brasília-DF, 2009. Coleção educação para todos. Ministério da Educação.

» **As mulheres ou os silêncios da história.** Michelle Perrot. Tradução Viviane Ribeiro. EDUSC.

» **Mercado de trabalho e gênero.** Comparações internacionais. Organizadoras: Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Cristina Brusschini, Helena Hirata. FGV editora, 1ª edição, 2008.

» **História das Mulheres no Brasil.** Mary Del Priore. Organização: Carla Bassanezi. Coordenação de textos: Editora UNESP - editora contexto, 2008.

» **A libertação da Mulher.** Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas, P. Lafargue, Vito Kapo e outros. Global editora, 3ª edição.

» **Ciranda das Loucas** Veira, Juçara Dutra. Ed. LGE, 2013

» **Educar para a Igualdade.** Gênero e educação escolar. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

» **Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira (1999-2001).** Lucia Helena Rincón Afonso. Editora da UCG e Anita Garibaldi.

» **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social PNUD e OIT.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

» **Gênero e diversidade na Escola.** Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Organização: Maria Elisabete Pereira, Fabiola Rohden, Maria Elisa Brandt, Leila Araujo, Graça Ohana, Andreia Barreto, Roerta Kacowicz. CEPESC. Rio de Janeiro, 2007.

» **Mulheres Que Brilham - Histórias Inspiradoras De 50 Mulheres Que Fazem A Diferença.**

Cândida, Maria. Ed. Original, 2011. A jornalista Maria Cândida viajou pelos quatro cantos do mundo a fim de investigar a mulher contemporânea. Entrevistou mulheres de países tão distintos quanto África do Sul, Filipinas, Vietnã, Tailândia, França, Holanda, Finlândia, Lituânia, Peru, Estados Unidos, México e Brasil.



Vídeos

- » **Acorda Raimundo... Acorda!!!** Disponível em: www.youtube.com
- » **Violência, feticídio y patriarcado.** Disponível em: www.youtube.com
- » **Vista a minha pele.** Disponível em: www.youtube.com

Filmes

- » **A Lista de Schindler.** (EUA, 1993, 137 min.) Direção: Steven Spielberg. A Lista de Schindler é um filme norte-americano de 1993 sobre Oskar Schindler, um empresário alemão que salvou a vida de mais de mil judeus durante o Holocausto ao empregá-los em sua fábrica
- » **Histórias Cruzadas.** (Índia, Emirados Árabes, EUA, 2012, 137 min.) Direção: Tate Taylor. O Filme trata da luta pelos direitos civis dos negros, no início da década de 1960. Não se trata apenas de racismo, ou opressão, e sim a valentia de pessoas corajosas e dispostas a mudar os valores pré-estabelecidos pela sociedade.
- » **Amor?.** (Brasil, 2011, 100 min.) Direção: João Jardim. Oito histórias envolvendo casos amorosos onde os envolvidos passaram por algum tipo de violência, física ou psicológica.
- » **O ano em que meus pais saíram de férias** (Brasil, 2006 121min.) Direção: Cao Hamburger. Casal de militantes deixa o filho com o avô, para esconder-se da repressão, prometendo voltar até o fim da Copa do Mundo de 1970. mas o avô morre e o garoto terá de se integrar à comunidade judaica do Bom Retiro, além de ter contato com alguns militantes
- » **Olga.** (Brasil, 2004, 141 min.) Direção: Jayme Monjardim. Olga Benário é uma militante comunista encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935.
- » **Os homens que não amavam as mulheres** (EUA, Reino Unido, Suécia, Alemanha, 2012, 2h38min) Direção: David Fincher. Harriet Vanger desapareceu 36 anos atrás sem deixar pistas na ilha de Hedeby, um local que é quase propriedade exclusiva da poderosa família Vanger. Apesar da longa investigação policial a jovem de 16 anos nunca foi encontrada.
- » **Aborto Legal.** (Brasil, 1994, 32 min) Realização: ECOS.
- » **Preciosa - Uma História de Esperança.** (EUA, 2009, 110 min). Direção: Lee Daniel.
- » **Verônica.** (Brasil, 2009, 90 min). Direção: Maurício Farias.
- » **Stella.** (França, 2008, 103 min). Direção: Sylvie Verheyde.
- » **Alguém que me Ame de Verdade.** (EUA, 2007, 90 min.) Direção: Diane Crespo e Stefan C. Schaefer
- » **Verônica.** (Brasil, 2009, 87 min.) Direção: Maurício Farias.
- » **Chega de Saudade.** (Brasil, 2008, 92 min.) Direção: Laís Bodanzky.
- » **Eternamente Pagú.** (Brasil, 1987, 101 min.) Direção: Norma Bengell.
- » **Chica da Silva.** (Brasil, 1976, 117 min.) Direção: Carlos Diegues.

Publicações

- » **Cartilha de Segurança para Internet.** h Nucleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, 2012. <http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>
- » **Mais mulheres na política** Ibope, Instituto Patrícia Galvão, 2013. http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/mais_mulheres_politica.pdf
- » **O emprego doméstico no Brasil** DIEESE, <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>

Blogs

- » www.maespelaigualdade.blogspot.com
- » www.blogueirasfeministas.com

Internet

- » www.cnte.org.br
- » www.mariasdainternet.org
- » www.reformapoliticademocratica.com.br
- » www.ceert.org.br
- » www.maismulheresnopoderbrasil.com.br
- » www.homenspelofimdaviolencia.com.br
- » www.geledes.org.br
- » www.cfemea.org.br
- » www.inca.gov.br
- » www.soscorpo.org.br
- » www.cndm.gov.br
- » www.agende.org.br
- » www.vermelho.org.br
- » www.cut.org.br
- » www.dialogoscontraoracismo.org.br
- » www.agenciapatriciagalvao.org.br
- » www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres
- » www.sof.org.br

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

- ▶ **Mulheres na política** ▶ Converse com os alunos sobre as mulheres que se destacaram nos movimentos sociais que mudaram a história no Brasil e/ou no seu estado ou município e promova uma reflexão sobre sua participação política em geral.
- ▶ **Igualdade** ▶ Faça uma pesquisa sobre as mulheres negras no mundo do trabalho a partir da realidade das famílias dos alunos.
- ▶ **Personalidades** ▶ Faça uma análise do papel da mulher e de sua importância na construção da história da sociedade no Brasil e/ou no seu estado ou município.
- ▶ **Terceira Idade** ▶ Peça aos alunos para realizarem entrevistas com os idosos da comunidade que ainda estão no mercado de trabalho, com perguntas que tratem de preconceito, salário e condições de trabalho.
- ▶ **Comportamento** ▶ Inicie com a turma uma conversa sobre os preconceitos sexuais e de gênero. Estimule a leitura do encarte teórico (pág.25) e debata com os alunos/as
- ▶ **Mercado de Trabalho** ▶ Pesquise na Internet, em revistas e em jornais sobre mulheres que ocupam cargos de chefia no mundo do trabalho e promova um debate na comunidade escolar.
- ▶ **Militância** ▶ Peça aos alunos para pesquisarem sobre as mulheres que participaram do movimento contra a ditadura e foram torturadas no Brasil e/ou no seu estado ou município.
- ▶ **Profissões** ▶ Peça aos alunos para se reunirem em grupos e realizarem entrevistas com mulheres da comunidade que estão ocupando redutos masculinos, perguntando sobre discriminação, salário e motivação.
- ▶ **Sexualidade** ▶ Exponha 3 imagens que passem sutilmente a ideia de relações afetivas entre 2 homens, 2 mulheres e um homem e uma mulher. As imagens não devem ser explícitas para que possibilitem a discussão sobre masculinidades, feminilidades e afetividade.
- ▶ **Web** ▶ Realize levantamento de casos de violência contra as mulheres no âmbito da Internet.
- ▶ **Saúde** ▶ Estimule os alunos a produzirem peças de conscientização sobre a importância da doação de órgãos
- ▶ **Redes sociais** ▶ Construa uma página no *Facebook*, ou um *blog* " Questão de Gênero na escola (nome da escola)" com fotos, atividades desenvolvidas ao longo do ano e crie, também, um banco de dados sobre a temática de gênero com sites, blogs, livros e matérias pesquisadas.

CALENÁRIO



Estas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

FEVEREIRO

- 1** Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU, 1984).
- 24** Dia da conquista do voto feminino no Brasil (1932).

MARÇO

- 8** Dia Internacional da Mulher.
- 21** Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.

ABRIL

- 7** Dia Mundial da Saúde.
- 27** Dia das Trabalhadoras Domésticas.
- 31** Dia Nacional da Mulher.

MAIO

- 1** Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.
- 7** Dia Mundial das Crianças Afetadas e Infectadas pelo HIV/AIDS.
- 13** Dia de Denúncia contra o Racismo.
- 18** Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- 28** Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher / Dia de Combate à Mortalidade Materna.
- 30** Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais.

JUNHO

- 4** Dia Internacional das meninas e meninos vítimas de agressão.
- 5** Dia Mundial do Meio Ambiente.
- 15** Dia Mundial Contra a Violência em Relação à Pessoa Idosa.
- 21** Dia de Luta por uma Educação não-sexista e sem discriminação.
- 24** Fundado o Jornal Movimento Feminino, 1947.
- 28** Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico.

JULHO

- 25** Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha.

AGOSTO

- 7** Sanção da Lei nº 11.340/2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- 9** Dia Internacional dos Povos Indígenas / Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922.
- 12** Dia de Luta contra a Violência no Campo - Marcha das Margaridas / Publicado o manifesto dos conjurados baianos da Revolta dos Alfaiates, exigindo abolição, independência e liberdade (1978).
- 19** Dia Nacional do Orgulho Lésbico.
- 29** Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil.

SETEMBRO

- 6** Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher.
- 7** Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres.
- 23** Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.
- 28** Dia Latino-americano de Criminalização do Aborto / Dia da Mãe Preta (Homenagem à Lei do Ventre Livre).
- 29** Aprovação da lei 9.100/1995 que garante cotas para mulheres na política.

OUTUBRO

- 1** Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna.
- 10** Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.
- 12** Dia Internacional da Mulher Indígena / Dia Nacional de Luta por Creches.
- 15** Dia do(a) Professor(a) / Dia Mundial da Mulher Rural.
- 25** Dia Internacional contra a Exploração da Mulher.
- 28** Dia do(a) servidor(a) público(a).

NOVEMBRO

- 3** Instituição do Direito e Voto da Mulher (1930).
- 18** Dia Nacional de Combate ao Racismo.
- 20** Dia Nacional da Consciência Negra.
- 25** Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher.

DEZEMBRO

- 1** Dia Mundial de Luta contra a AIDS.
- 10** Dia Mundial dos Direitos Humanos.
- 18** Adoção da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979).



DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2014/2017

Roberto Franklin de Leão (SP) - Presidente
 Milton Canuto de Almeida (AL) - Vice-Presidente
 Antonio Lisboa Amâncio Vale (DF) - Secretário de Finanças
 Marta Vanelli (SC) - Secretária Geral
 Fátima Aparecida da Silva (MS) - Secretária de Relações Internacionais
 Heleno Araújo Filho (PE) - Secretário de Assuntos Educacionais
 Gilmar Soares Ferreira (MT) - Secretário de Formação
 Selene Michelin Rodrigues (RS) - Secretária de Assuntos Municipais
 Marilda de Abreu Araújo (MG) - Secretária de Organização
 Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR) - Secretário de Políticas Sociais
 Joel de Almeida Santos (SE) - Secretário de Imprensa e Divulgação
 Francisco de Assis Silva (RN) - Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos
 Ísis Tavares Neves (AM) - Secretária de Relações de Gênero
 Rui Oliveira (BA) - Secretária de Política Sindical
 Maria Antonieta da Trindade (PE) - Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação
 Zezinho Prado (SP) - Secretário de Direitos Humanos
 Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE) - Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários
 Iêda Leal de Souza (GO) - Secretária de Combate ao Racismo
 Edmilson Lamparina (DF) - Secretário de Funcionários(as) da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA

Alvisio Jacó Ely (SC)
 Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)
 Berenice D'Arc Jacinto (DF)
 Candida Beatriz Rossetto (RS)
 Claudir Mata Magalhães (RO)
 Cleiton Gomes da Silva (São Paulo/SP)
 José Valdivino de Moraes (PR)
 Lirani Maria Franco (PR)
 Marco Antonio Soares (SP)
 Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)
 Rosana Sousa Nascimento (AC)
 Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

SUPLENTES

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)
 Carlos Lima Furtado (TO)
 Elson Simões de Paiva (RJ)
 Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)
 João Alexandrino de Oliveira (PE)
 Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)
 Marilene dos Santos Betros (BA)
 Miguel Salustiano de Lima (RN)
 Nelson Luis Gimenes Galvão (São Paulo/SP)
 Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)
 Rosilene Correa Lima - SINPRO (DF)
 Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)
 Veroni Salete Del'Re (PR)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

José Teixeira da Silva (RN)
 Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)
 Flávio Bezerra da Silva (RR)
 Antonia Benedita Pereira Costa (MA)
 Gilberto Cruz Araujo (PB)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Rosimar do Prado Carvalho (MG)
 João Correia da Silva (PI)
 João Marcos de Lima (SP)

ACOMPANHE
 A CNTE NAS
 MÍDIAS SOCIAIS



facebook



@cncte_oficial



<http://wn.com/cntecutie>

CNTE » SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106 » Brasília-DF » CEP: 70393-900
 Tel.: (61) 3225.1003 » Fax: (61) 3225.2685 » cncte@cncte.org.br » www.cncte.org.br

Coordenação da Revista Matria: Isis Tavares Neves » Secretária de Relações de Gênero da CNTE

Projeto Gráfico, Redação e Edição: Frisson Comunicação

Direção Executiva: Ana Paula Messeder

Jornalista Responsável: Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

Revisão: Katiuscia Sotomayor

Reportagem: Ana Luíza Leal, Ana Paula Domingues, Cristina Sena, Kátia Maia, Katiuscia Sotomayor e Marcionila Teixeira

Fotografia: Arquivo Matria

Ilustrações: Chico Régis

Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez e Bruno Soares

Colaboração: Rayssa Coimbra

Impressão: Gráfica Brasil

Tiragem: 22 mil exemplares



PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Pelos campos há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas marchando
Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão

Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição
De morrer pela pátria
E viver sem razão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não

Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Geraldo Vandré

Cantor e compositor paraibano, ficou em segundo lugar no III Festival Internacional da Canção, em 1968, com a música *Pra não Dizer que não Falei das Flores*, que foi censurada e se tornou um hino de resistência do movimento civil e estudantil contra o golpe militar, que completa 50 anos em 2014. A composição foi interpretada como uma chamada à luta contra a ditadura. Com o AI-5, Vandré foi obrigado a exilar-se e só voltou para o Brasil em 1973, depois de viver no Chile, na Alemanha e na França.



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



Fillada à
CUT

